ATA N.º 35/XII-2º/2018-19

- 1 Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, na rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:
- 1 Período de Intervenção dos Cidadãos
- 3 Período da Ordem do Dia

Continuação:

- 3.4 Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;
- 3.5 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau Chefe de Divisão de Gestão Administrativa SMAS";
- 3.6 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado SMAS";
- 3.7 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças";
- 3.8 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras SMAS";
- 3.9 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente";
- 3.10 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "2ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano";
- 3.11 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração à licença de Loteamento do L722/93 para construção do Edifício "Residência de Nossa Senhora de Piedade" destinado a Residência Sénior";
- 3.12 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN";
- 3.13 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios";
- 3.14 Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa";
- 3.15 Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos PMOT em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização, das normas do Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE)."
- 2 Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2º Secretária Ana Paula Silva.
- 3 Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo



Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

- 4 Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
- **4.1** Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva (PS), Elisabete Peres Pereira (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD), Augusto António Proença (PSD) e Inês Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.
- **4.1.1** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), por impedimento de Sérgio Cantante Faria de Bastos; Andreia Sofia Egas (CDU) por impedimento de Mara Rita Silva Martins, de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso; António Abrantes de Almeida (CDU), por impedimento de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Faria; Nuno Ricardo Fragoso Dominguinhos (PSD); e Pedro Celestino Pereira (BE).
- **4.1.2** O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.
- 4.1.3 Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- **4.2-** O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.
- 4.3 O Senhor Presidente deu a seguinte informação à Assembleia: o documento a que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU) se referiu e pediu ara ser distribuído na passada reunião de dia 27, do Conselho Metropolitano, ainda não foi rececionado na Assembleia Municipal. Tal como é costume, os documentos desta entidade, assim que são rececionados, são remetidos aos senhores Coordenadores dos Grupos Políticos. Assim se fará com este também. De qualquer modo, uma vez que o Senhor Deputado Municipal o disponibilizou e pediu para ser distribuído, ele será digitalizado e remetido a todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais.
- 5 Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- **5.1** Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Munícipes "Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Munícipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as munícipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os munícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública."





5.2 - Usaram da palavra os Senhores Munícipes Luís Miguel dos Santos Carrasco, Hélio Marques Infante Girão, Simão Pedro Mendes de Sousa, João Palma, Paulo Silva - Faísca.

5.2.1 – O Senhor Munícipe Luís Miguel dos Santos Carrasco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Luís Miguel Carrasco, sou funcionário da Câmara Municipal de Almada, e vinha perguntar o porquê, que eu de momento não tenho a casa. Porque durmo numa barraca, já falei com a Senhora Vereadora, já falei com muita gente, e isto continua na mesma, e ninguém dá um parecer. Na sexta-feira telefonaram-me a dizer que isto está em ponto em decisão, quantos mais anos vou estar à espera? Mais dois? Mais três? Mais quatro? É que eu sou funcionário da casa, levo para casa neste momento para a barraca levo 300 euros de ordenado. Como é que eu posso alugar uma casa? E até à data de hoje tem sido sempre a mesma história. Ainda não fui à Senhora Presidente de Câmara, porque tentei deixar as coisas andar, mas qual é o mérito? Ainda tenho um processo disciplinar, dizem que eu não tenho interesse no trabalho, isto e aquilo, o que é mentira. Não sei porquê. Trabalho tanto como os outros ou ainda mais. Gostava de ter uma resposta rapidamente porque não tenho o meu filho comigo, porque eu tenho a guarda partilhada do meu filho, e essas coisas assim. Todo o processo está lá, não sei porque é que não anda para a frente. Colegas meus em três meses tiveram direito a casa. E já lá vão dois anos ou mais, o primeiro processo desapareceu, fiz o segundo e já vão dois, gostava de saber o porquê."

5.2.2 – O Senhor Munícipe Hélio Marques Infante Girão:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho ouvido nalgumas destas apresentações com alegria, munícipes que nasceram em Almada, viveram em Almada e por isso são pessoas de Almada. Eu não nasci em Almada, mas vivo em Almada e cheguei para ficar em Almada. O que é que eu gosto em Almada? Eu acho que Almada é um Município bom para fazer desporto, eu faço natação, corro, faço kiteSurf, portanto é por excelência. Claro que haverá muitas coisas a melhorar como em todos os locais, mas é um local por excelência para a pratica de desporto e promoção da saúde.

Eu sou residente na Herdade da Aroeira, e queria dar uma visão diferente de alguns munícipes da Herdade da Aroeira. Desde logo, eu vivo aqui há 15 anos e quando cheguei à Herdade da Aroeira, não tive dúvidas que era ali que queria viver. Também não tive dúvidas que a segurança não estava lá a fazer nada, que a rede também não estava lá a fazer nada, ao contrário de muitas pessoas o que eu procuro é qualidade de vida, e não procuro que a minha casa valorize, não é que esteja preocupado que aquilo deixe de ser um condomínio fechado, até porque, deixem-me partilhar uma história convosco, quando eu era jovem, a maioria dos rapazes queriam ser pilotos ou jogadores de futebol e as raparigas queriam ser hospedeiras ou enfermeiras. Felizmente isso hoje é completamente diferente, eu queria ser assaltante de bancos, mas não segui a carreira.

Isto para dizer, de alguma forma, que eu acho que os assaltantes se quiserem assaltar a rede ou destruir a rede aquilo não impede absolutamente nada. E, portanto, do outro lado da rua é o Município do Seixal, e tenho uma paragem de autocarro. E, portanto, era de toda a conveniência, vou ter de percorrer 2000 metros quando atravessava a rua e apanhava o autocarro. Já houve algumas vezes que eu saltei a rede, esta é a verdade, e ai de alguém que me diga alguma coisa.

O que eu quero partilhar e já agora houve uma reunião de uma Associação, eu não queria dizer o nome, mas vou dizer porque eu vou partilhar. Eu lido com números na minha vida diária e vou partilhar os números que eles partilharam. Não sei o que é verdade, porque há tanta desinformação, o que eles partilharam é que há cerca de 1700 moradores, dos quais 750 são dos apartamentos, e aí é fácil mais ou menos fazer um racional e perceber que andará por esses valores, e que há 900 moradores das moradias.

Ora desses, 600 e poucos pertencem a essa Associação, e só 200 e poucos é que, porque agora há um sistema de vigilância, só 200 e poucos é que aderiram à vigilância.

O que eu queria dizer aqui é: parece-me claro de alguma forma, que os moradores já deram um sinal que não querem aquele modelo de gestão. Porque o facto de deixarem de pagar, é um sinal claro de que não querem



aquele modelo de gestão, e haver outra entidade a fazer exatamente o mesmo modelo de gestão, não me parece correto.

O que nós queremos, ou o que eu quero, e agora vou falar em meu nome pessoal, eu quero exatamente o mesmo que os outros munícipes de Almada querem, que é segurança, quero saneamento, quero bons acessos, quero qualidade de vida, basicamente é o que eu quero.

Relembrando só para as pessoas que não sabem, quando nós fomos morar para lá foram prometidas uma série de coisas, desde um teleférico até à praia, um helicóptero que nos levaria até a Lisboa, inclusive uma estrada, que houve moradores que foram escolher os tijolos, eram uns tijolos amarelos bonitos, mas basicamente havia uma série de coisas prometidas que bastava perceber que não fazia sentido nenhum. Esta é a altura em que eu devo fazer uma pergunta e muito honestamente não preparei a pergunta, mas vai ser rápida.

Eu queria saber o que é que está preparado para a Herdade da Aroeira? Porque neste momento, há um conjunto de profetas da desgraça, que dizem que as ruas estão mais sujas, que está tudo degradado. Eu vou ser muito honesto, se estão sujas, já estavam, porque eu não vejo absolutamente nada, e se para aqueles que viram que agora não há segurança à entrada, que está tudo exatamente na mesma, que Herdade continua viva e a viver, estão enganados e acho que é a altura de aceitarmos isso, essa realidade."

5.2.3 – O Senhor Munícipe Simão Pedro Mendes de Sousa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho hoje à Casa da Democracia Almadense, não como eleito da Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, mas sim como morador e potencialmente lesado na Avenida Elias Garcia, pelo enterramento da Linha de Muito Alta tensão.

Decidiu o Executivo com os votos favoráveis dos Vereadores eleitos pelo PSD, e pelo Bloco de Esquerda, sendo certo que o Bloco de Esquerda em tempos que já lá vão, exigiu respeito pelo princípio da precaução aceitando agora de uma forma que eu posso considerar como leviana, uma garantia meramente politica como se essa fosse possível de dar, talvez com receios muito fundamentados em resultados eleitorais menos positivos, Decidiu o Executivo também, sem ouvir uma única vez um condomínio que fosse, decidiu sem atentar nos gravíssimos problemas de correntes da radiação elétrica, isto partindo do pressuposto que os campos eletromagnéticos são inócuos, que aliás, está longe de ser verdade, ou de reunir consenso na comunidade científica, que sobre o assunto depôs, decidiu aceitar sem que a Câmara Municipal tivesse requisitado pareceres científicos próprios, alicerçando-se numa decisão, a sua decisão não perecer encomendada pela entidade que mais beneficia deste enterramento, e, portanto, não há uma outra pergunta a fazer se não existe ou não um outro parecer independente. É que não existindo, esta decisão é feita com uma fé inabalável na REN. E eu peço perdão, mas eu não tenho confiança na REN.

Decidiu implantar uma rede numa zona com maior densidade populacional na Charneca de Caparica, trocando dessa forma a saúde das pessoas por uma estrada que pode e aliás deve requalificar. É inadmissível que o faça. É inadmissível que não aplique uma Lei que proíbe expressamente a instalação da infraestrutura numa zona considerada sensível, com o fácil argumento, que encontra cabimento no texto da própria Lei, que esta não se aplica a infraestruturas enterradas, o que é manifestamente falso. Eu sei que há quem considere a Lei um empecilho, mas não é. É para ser cumprida.

Senhora Presidente da Câmara, deixe que me dirija a si para lhe perguntar isto e para lhe dizer isto: não troque por favor a saúde dos Charnequenses pela requalificação de uma estrada, não troque o bem-estar da população por punhado de votos, não troque uma requalificação feita pela Autarquia, por um capricho sabe Deus de quem. A Senhora Presidente da Câmara e os Senhores/as Deputados/as Municipais, vão ainda a tempo de evitar os possíveis danos que o enterramento desta linha pode trazer, danos esses incalculáveis, podendo vir no tempo e no espaço a causar problemas que hoje não os sabemos.

Ainda vamos a tempo de estudar a fundo este assunto. Ainda vamos a tempo de não trocar a vida, a saúde e o bem-estar, pela requalificação de uma estrada, que como resultou de uma sessão de esclarecimento, simpaticamente lhe chamo também sessão de esclarecimento, promovida pela REN, apenas nos subúrbios, sim, nos subúrbios é enterrada. Não somos cidadãos dos subúrbios ou de segunda, e por favor não nos releguem a tal.

Senhora Presidente da Câmara, Senhores/as Vereadores/as, Senhores/as Deputados/as Municipais, aquilo que me parece gravoso no meio disto tudo, é ninguém poder hoje, ao dia de hoje, dizer de forma com 100% de certezas, que esta linha não causa problemas à saúde. Bem sei que é muito atrativo recuperar aquela estrada e deixe-me que lhe diga eu que a uso diariamente e que vivo de frente para ela, não podia estar mais de acordo com essa requalificação, mas por favor não nos enterrem a Linha de Muito Alta tensão."

5.2.4 - O Senhor Munícipe João Palma:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu trago a esta Assembleia Municipal, uma situação que me parece pertinente, que se passou hoje e que considero preocupante. Eu sou trabalhador da ECALMA o WEMOB, e foi marcado um plenário de trabalhadores, uma reunião com todos os trabalhadores, e para exercer os meus direitos desloquei-me para o plenário. Qual não é o meu espanto quando sou impedido de entrar no plenário sem uma justificação razoável, houve aliás, da parte dos dirigentes que estavam à porta que impediram a entrada, houve intimidação, houve trabalhadores da ECALMA que foram agredidos de facto, parece-me uma situação lamentável. Eu acho ainda mais lamentável considerando, que para mim não há democracia sem sindicatos, o Movimento Sindical é muito importante, e de facto, esta é uma situação que não vejo necessidade existir na empresa. Um ambiente de pessoas todos os dias a dar o seu melhor e empenharem-se, não vejo necessidade deste tipo de atitude, acho que não dignificam, é de lamentar, queria deixar esta nota."

5.2.5 – O Senhor Munícipe Paulo Silva, Faísca:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Paulo Silva. Sou Presidente da Associação de Moradores do Bairro do Segundo Torrão, na Trafaria. Este bairro existe há 65 anos e tem cerca de 3000 habitantes. A Associação de Moradores com 21 anos de história, é a primeira estrutura de representação local. Desde há 2 anos tomei posse como Presidente e assumimos um novo desafio: "acreditar para vencermos". Uma outra mentalidade para assumir os desafios do futuro.

1 – CIÊNCIA. Estamos aqui para vir à procura da verdade. Nós, habitantes do Segundo Torrão, queremos estar preparados para o futuro. Na última Sessão desta Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros, disse que o Bairro do 2º Torrão ia ser realojado devido ao aumento do nível médio do mar. Já me tinham dito o mesmo noutra reunião. É preciso esclarecer que a ciência descobre factos, não toma decisões políticas. Os cientistas do projeto Novos Decisores Ciências que trabalham com a Associação de Moradores estão a investigar as tempestades e o risco de invasão pelas ondas. Sabemos hoje que é possível manter o Segundo Torrão como habitat, desde que sejam construídas estruturas para protegê-lo. Estas estruturas podem ser relativamente simples. Temos um projeto financiado até 2021 que pode trabalhar nesse sentido. Estes cientistas também podem construir um sistema de alerta prévio (por sinal amanhã vamos montar mais uma sonda para medição do mar), nos avisar de quando houver situações de perigo de agitação marítima.

Estas soluções são a curto e médio prazo. É importante perceber quando falamos em alterações climáticas de qual é horizonte temporal de que falamos. Quando a Senhora Presidente da Câmara fala em realojar o Bairro por causa da subida no nível médio do mar, está a falar para quando?

2 - PREPARADOS PARA O FUTURO: HABITAÇÃO. A Senhora Presidente da Câmara disse também na última sessão que os habitantes do 2º Torrão querem ser realojados. Não é bem assim. Acredito que a grande maioria dos habitantes não querem sair do Bairro mais de 90%. Há situações de habitação no 2º Torrão muito diferentes.



Das cerca de 500 casas que existem no bairro temos, desde logo, que fazer um levantamento de quantas são de primeira e segunda habitação. Se tirássemos as casas de segunda habitação, creio que o Bairro passava de 100% para 75/% do seu tamanho atual.

A acontecer realojamento do bairro, queremos saber o que isso significa: quem? quando? como? Estamos disponíveis, como sempre, a pensar o problema e as suas soluções. Percebemos que a Câmara Municipal está a trabalhar para resolver isso. Disse a Senhora Presidente da Câmara que teve três reuniões desde julho dedicadas ao tema. Nós como habitantes queremos fazer parte desse processo de discussão e tomada de decisão. Podemos ser incluídos?

É importante que percebam que o anúncio de realojamento dos "bairros de barracas" trouxe muita instabilidade à organização comunitária do 2º Torrão. Há moradores que já não acreditam nesta Associação de Moradores porque desconfiam na parceria da Associação de Moradores com a EDP e a Câmara Municipal e, por isso, não cumprem com os seus deveres cívicos e associativos. Por julgarem que o realojamento é de curto prazo, pensam que é desnecessário resolver os seus acessos a eletricidade. Consideramos esta situação muito grave! Peço à Senhora Vereadora da Habitação Teodolinda Silveira que marque uma sessão de esclarecimento connosco no bairro o mais urgente possível.

Para além dos riscos associados às alterações climáticas: as ondas, os ventos e os furacões, também temos riscos imediatos de saúde pública. A situação da gestão do lixo no nosso território é vergonhosa! Temos poucos sítios para fazer recolha e ainda vêm pessoas de fora fazer despejos. Na frente de mar, temos habitantes que jogam lixo diariamente na água do rio.

Agradecemos o esforço da Câmara Municipal de Almada e seus funcionários, pelo trabalho feito no Bairro, já o mesmo não podemos falar da União de Freguesias Caparica e Trafaria. Não pondo em causa a competência dos seus funcionários, esta União de Freguesias não coopera para a resolução do problema do lixo e, por exemplo, se recusou a fornecer sacos do lixo para facilitar a recolha. Os contentores que temos são insuficientes para a população existente e, ainda mais, para os despejos de terceiros.

Precisamos de uma melhoria de acessos de estradas para veículos de socorro e de recolha de lixo. No Segundo Torrão temos, ainda, um aglomerado de cães e gatos vadios que retiram o lixo do contentor e o espalham. Muitos destes animais foram aqui abandonados. Alguns moradores alimentam e não os abrigam em sua casa estes animais, situação que é punível por Lei. Pedimos à Câmara Municipal e aos Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas Municipais, para ajudar a resolver este problema urgente. Também temos a necessidade de recolha de viaturas abandonadas que são usadas para fins de consumo de drogas. Todas estas medidas: os contentores, os animais, os acessos e as viaturas abandonadas são melhorias ecológicas que julgamos importantes."

5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipais Pedro Matias (PS).

5.3.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Bem-vindos a esta 2ª reunião da Sessão da Assembleia Municipal. Eu tentarei ser breve.

Relativamente ao Senhor Munícipe Luís Miguel dos Santos Carrasco. Senhor Luís Miguel, como deve imaginar, há muitos pedidos de habitação, o ser funcionário da Câmara Municipal, não é uma vantagem, nem uma desvantagem. Portanto, as pessoas são analisadas em termos de prioridade, não pela Presidência ou pela Vereação, mas pelos serviços em função daquilo que é a sua situação familiar, os seus rendimentos, e assim é estabelecida uma prioridade. Como sabe, aliás, existe por fim um regulamento de atribuição de casa. Como é que era dantes não lhe posso dizer, quando diz os outros receberam, eu não recebi, não consigo dar-lhe resposta sobre isso. Quero só esclarecer que, neste momento não tenho comigo dados para lhe poder dizer, daqui a quanto tempo, porque não conheço a sua situação particular. E, estes casos, muitas vezes vêm à Assembleia Municipal e vêm à reunião de Câmara, e é sempre muito difícil, porque são casos que são analisados em função da vida privada de cada um. E, obviamente, nós aqui não iremos nunca, responder relativamente à situação



privada de cada um. Quero só deixar muito claro. Para já agradeço ser funcionário da Câmara Municipal e estou certa da qualidade do seu trabalho, mas o ser funcionário da Câmara Municipal, não lhe dá nem privilégios, nem o prejudica. Nem uma coisa nem outra, porque a atribuição de casas, não é avaliada em função desse critério, mas sim de outros. Quando falou do seu filho, a sua situação familiar, isso são critérios que podem ser ponderados, mas eu neste momento aqui não lhe posso responder pelas razões que já invoquei.

Relativamente ao Senhor Munícipe Hélio Girão. Senhor Hélio, agradeço a sua intervenção, eu penso que também já disse na reunião da sexta-feira passada, a Herdade da Aroeira, dificilmente será outra coisa do que um espaço público do Município de Almada plenamente. Dito isto, ainda temos questões a resolver com a entidade gestora, com a entrega de lotes, ainda há muito trabalho para fazer. É caso para dizer, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Bem, nós estamos a ver se endireitamos o possível em algo que de facto, nasceu muito torto, sobretudo na sua figura. Ou seja, nasceu com a aparência de um condomínio privado, mas não o é, nem nunca foi. E, portanto, isso levanta uma série de dificuldades legais que temos agora que resolver. Dito isto, os critérios da segurança, da limpeza, das acessibilidades, como diz e bem, deve ser uma obrigação para todos e de facto, temos um Município que ainda precisa de muita obra a esse nível, sobretudo ao nível das infraestruturas e da mobilidade. E, portanto, é o que lhe posso dizer. O futuro, exatamente, o futuro o que se vai passar com a Herdade da Aroeira, para já é resolver tudo o que ainda está para resolver, estivemos de facto a ver qual seria a possibilidade de voltar a fazer um tipo de contrato de gestão daquele espaço, sendo um espaço público, posso-lhe dizer neste momento, que as hipóteses são poucas. Não é uma decisão política, é sim uma decisão jurídica e que para isso demora tempo termos os pareceres todos e regularizar todas as situações que estão pendentes quase desde o 1º dia, e é isso que estamos a fazer.

Senhor Munícipe Simão Pedro Mendes, eu peço desculpa, nós vamos falar sobre esta questão da REN, e do enterramento. Agora, há coisas que eu não posso deixar de dizer. Em 1º lugar, não houve pareceres encomendados pela REN, houve uma sessão de esclarecimento em que a REN se disponibilizou a dizer qual é que era a obra. Os pareceres que nós temos são da única entidade que pode licenciar este género de obras que é a Direção Geral de Energia e Geologia. E, portanto, estar a dizer que nós tomamos a nossa decisão com base numa decisão política e não científica, quando a Câmara Municipal não tem qualquer possibilidade de licenciar este tipo de investimento, mas sim, e bem, uma Direção Geral de Energia e Geologia que pede pareceres a nove outras entidades. Há de convir que é tudo menos um parecer encomendado. E, portanto, falaremos mais à frente desta questão certamente mais em detalhe, mas não posso deixar de dizer isso, aliás, nenhum de nós aceitaria tomar uma decisão dessas sem pareceres comprovados e sem a autorização que não é do Município, e depois poderemos explicar, este licenciamento não é dado pelo Município de Almada nem por nenhum outro Município que não tem competências para o fazer, felizmente. E depois, falaremos.

Senhor João Paulo, eu tive há pouco conhecimento, ainda que brevemente, do que se passou ao nível do plenário dos trabalhadores do WEMOB, Ex-ECALMA. Eu vou tentar perceber melhor o que se passou, sei que houve de facto, uma situação complicada, houve um trabalhador que acabou por ir para o hospital, e, portanto, é preciso saber exatamente o que se passou, sei que a certa altura foi chamada as autoridades de segurança. Eu só lhe posso dizer uma coisa: há um tipo de sindicalismo que eu não conhecia no mundo inteiro, mas que pelos vistos é prática aqui em Almada. É um sindicalismo que faz coação e bullying a trabalhadores e que também agora se exerce até a bloquear-lhes o acesso ao seu direito legítimo a plenários dos trabalhadores. Mas mais uma vez eu o que soube foi muito pouco, foi muito brevemente, irei depois enquanto Presidente da Administração da WEMOB tentar perceber, mas o que soube é suficiente. Aliás, com imagens que não favorecem ninguém. Irei pedir às entidades competentes, que são as entidades que foram chamadas para intervir, como deve imaginar eu não estava lá não vou falar, mas a confirmar-se é particularmente, e nós não deixaremos de comunicar isso a uma Central Sindical que muito respeito e que certamente não concordará com certas práticas que acontecem aqui em Almada.

Senhor Munícipe Paulo Silva. Para já eu acho que houve aqui uma confusão, eu quando disse que tinha reunido 3 vezes, foi com a Herdade da Aroeira, não foi sobre o 2º Torrão. Penso ter havido aqui uma ligeira confusão. Depois, estivemos a falar lá fora. É assim, penso que está a decorrer um estudo com uma Associação até com patrocínio privado de uma de Fundação de França. Relativamente ao realojamento do 2º Torrão é como o



realojamento das outras situações críticas. Eu vou ser sincera, uma coisa é perceber que as pessoas tenham afeição pelo Bairro onde moram, agora estar a dizer que aquilo são condições condignas para se viver, aliás, é o primeiro, acabou a sua intervenção a reconhecer os riscos de estarem ali à beira mar e também nalguns casos as condições de insalubridade que não são possíveis e de segurança. Felizmente já resolvemos a questão da eletricidade, mas não basta, é um remendo e eu acho que toda a gente tem de facto, direito a uma habitação condigna. Se me diz que mais de 25% daquelas casas são 2ª habitação, bom, isso é ouro para os nossos ouvidos."

5.3.2 - O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O último jovem que veio aqui intervir e eu peço desculpa não registei o nome, dizer que é funcionário da WEMOB Ex-ECALMA, e que hoje, num plenário, houve trabalhadores que foram agredidos para entrar no plenário., Eu gostava de saber qual é o sindicato, qual é o nome do sindicato que agrediu os trabalhadores à entrada do plenário, porque não foi dito por ninguém. Nós ficamos todos na dúvida porque era importante saber qual é o sindicato que agrediu um conjunto de trabalhadores para entrar num plenário.

- 6 Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.
- 6.1 Deu-se sequência no ponto em que a reunião do passado dia 27 de setembro tinha sido interrompida.
- **6.1.1** Usaram da palavra no debate os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU), João Geraldes (CDU), Pedro Matias (PS), António Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), José Rocha (BE), Carlos Guedes (Ind), e ainda o Senhor Vereador Nuno Matias e a Senhora Presidente da Câmara e ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
- 6.1.1.1 O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu prescindo do uso da palavra, já que o contexto mudou, a minha intervenção tinha sentido na sexta-feira à hora que solicitei o pedido de intervenção, foi entendido que eu não devia falar, portanto, invocou-se várias coisas que não vale a pena agora trazermos aqui. Portanto, eu terei muita oportunidade de repor em relação às questões que aqui foram colocadas, de repor a verdade."

6.1.1.2 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, ouvi com atenção o que disse, de qualquer modo, penso que devo dizer, que para mim enquanto Presidente da Assembleia Municipal, o único aspeto relevante, foi que, foi invocado o Regimento. E o Regimento determina que a reunião acaba à 01H15 à sexta-feira. E, portanto, foi essa a única questão que esteve subjacente à minha decisão."

6.1.1.3 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assistimos uma vez mais na última reunião desta Assembleia Municipal realizada na passada sexta-feira, dia 27 de setembro, e lamentavelmente já assistimos aqui hoje outra vez, a um lamentável exercício de como não se deve estar e como não se deve participar em reuniões de um órgão eleito do Município, o qual tem que ser dignificado e elevado enquanto órgão representativo do povo de Almada.

O Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, proferiu nesta Assembleia Municipal, numa atitude que lamentavelmente se vem tornando recorrente, afirmações que reputamos de profundamente infelizes e graves, absolutamente descontextualizadas e que visaram apenas enxovalhar os Vereadores com funções executivas no mandato anterior e em particular o Senhor Vereador José Gonçalves. A CDU lamenta e contesta este tipo de comportamento, expressando o seu profundo desejo, de que a condução dos trabalhos desta Assembleia Municipal possa no futuro, contribuir ativamente para prevenir este tipo de



situações que em nada dignificam o órgão a que todos pertencemos, antes cria uma imagem degradada e deturpada do trabalho aqui desenvolvido. A CDU reafirma igualmente, que no local e momento próprios, se encarregará de esclarecer cabalmente as questões que totalmente fora do seu contexto aqui foram abusivamente trazidas pelo Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda."

6.1.1.4 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Apenas mais uma nota. Eu obviamente como Presidente da Assembleia Municipal, muito prezo que as intervenções sejam parametrizadas pelo civismo, pela urbanidade. Agora, os padrões que nos leva, cada um de nós, e aqui eu não sou exceção, a avaliar as intervenções que são feitas, variam de pessoa para pessoa. Eu, como Presidente da Mesa, tenho uma preocupação essencial, que é, não permitir que a discussão ponha em causa o normal funcionamento do Órgão. Referir também que não foi utilizada nenhuma figura regimental, nem a defesa da honra, nem o protesto, que podiam, eventualmente, chamar a atenção para uma situação considerada incorreta. E, portanto, aquilo que eu sugiro, é que no futuro quando acontecerem situações que consideram passíveis de censura, utilizem as figuras regimentais que é possível utilizar nessas circunstancias."

6.1.1.5 - O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não queria dar grande relevância a este tipo de documentos, porque parece que o que está aqui em causa, eu fui eleito pelo povo de Almada, as eleições decorreram faz amanhã dois anos no dia 01 de outubro de 2017, foi o povo de Almada que escolheu a governação para a Câmara Municipal de Almada, para a Assembleia Municipal, e para as Juntas de Freguesia, e eu estou aqui com a legitimidade conferida por todos aqueles que votaram em mim.

E a minha intervenção aqui ontem, apesar de o Senhor Deputado Municipal dizer que foi infeliz, que adjetivou de forma inconsequente. A democracia é este confronto entre visões diferentes, entre a capacidade de interpretar o mundo de formas diferentes e de construir soluções para o mundo de forma diferente. Não há aqui nenhum enigma, nem há aqui nenhuma deturpação, nem foi minha intenção como deve calcular achincalhar ou diminuir os eleitos da CDU, os Vereadores ou outro qualquer. A minha intenção, foi valorizar aquilo que foi o trabalho da Câmara Municipal de Almada, na Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, no seu território, que está a ser verdadeiramente extraordinário e que a população tem dado o seu feedback de grande concordância e de grande relevância aquilo que se está a fazer. Naturalmente que há aqui uma questão pessoal, que eu não podia deixar passar, e isso quero aqui salientar e que me deixou, eu não o faria, provavelmente nesse dia o Senhor Vereador José Gonçalves teve um dia infeliz, de forma jocosa e irónica, e em gozo, disse-me a mim que quando o Senhor inaugurar as rotundas, como se o Senhor não fosse capaz de fazer ou a Câmara Municipal de Almada, diga-me que eu vou inaugurar as rotundas. Dentro de uma situação num conjunto de pessoas, todos a rirem-se e a gozarem, achei que aquilo foi um pouco de mais e nessa medida isto foi um pouco ontem a minha resposta aquilo que eu exigia também que fosse respeitado, cumpriríamos aquilo que foi a nossa palavra. E é assim que tem que se estar na política, é de forma exemplar, cumprindo a palavra dada e é para isso que eu cá estou. É cumprir o meu compromisso que tenho com a população e aquilo que se passou ontem são formas diferentes de ver o mundo, e eu respeito todos e todas as bancadas, todos me conhecem, penso que houve aqui um exagero, mas que é assim a política, vamos continuar a trabalhar para todos os munícipes é isso que é importante."

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estando em apreciação a Atividade Municipal referente aos meses de junho, julho e agosto de 2019, venho dar relevo a algumas ações executadas durante este período.

Assim, na área dos Espaços Verdes, começo por enunciar a realização de 2617 horas de trabalho na conservação do arvoredo urbano, foram efetuadas 8576 regas manuais de árvores jovens em caldeira e removemos 19

árvores que se encontravam em mau estado fitossanitário, incluindo também os pedidos do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Foi redefinida a estratégia referente ao combate à lagarta processionária do pinheiro, dando uma atenção muito especial ao capítulo da sensibilização.

Asseguramos a conservação dos nossos parques e jardins, onde destacamos o acompanhamento técnico da requalificação do Jardim Nossa Sra. da Cova da Piedade e também o estudo da instalação de um equipamento de apoio no Jardim do Rio, como espaço âncora para uma ainda maior dinamização turística daquele local.

Desenvolveu-se um estudo prévio para introdução de várias melhorias no Parque Comandante Júlio Ferraz, com a criação de novos acessos pedonais e de um parque de canídeos, bem como o reforço da iluminação.

Aprovámos também o Estudo Prévio para um novo Parque Urbano na Vila Nova de Caparica, projeto que queremos ver implementado no terreno tão cedo quanto possível.

Estamos também a criar e a requalificar os espaços verdes das rotundas do nosso Concelho, tendo sido concluídos os trabalhos na rotunda Amália Rodrigues e estando em desenvolvimento propostas para as novas rotundas na União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda.

Relativamente aos parques infantis foram também efetuadas diversas e necessárias reparações, destacando nesta área os procedimentos seguintes:

- Relançamento de nova empreitada para a requalificação do Parque Infantil do Jardim da Criança, no Laranjeiro, uma vez que o processo anterior não obteve propostas;
- Adjudicação da empreitada de construção do Parque Infantil do Parque Urbano do Pragal:
- Lançamento da empreitada para a requalificação do Parque Juvenil do Jardim Urbano da Costa de Caparica;
- Desenvolvimento de Projeto de Execução para a requalificação do Parque Infantil da Praceta Olivério Serpa, na Costa da Caparica e do Parque Infantil da Rua Vale do Tojeiro, na Caparica;
- Desenvolvimento da proposta para execução do Parque Infantil no Parque do Fróis, na Caparica.

No âmbito da Gestão dos Parques Urbanos, destacamos as obras desenvolvidas no Parque Urbano do Pragal, tendo sido concluídos os trabalhos de modelação do terreno encontrando-se em fase de conclusão a empreitada do Acesso Sul.

Foi concluído com sucesso o processo de regularização patrimonial da zona norte do Parque da Paz.

Foram terminadas as peças escritas e desenhadas com vista ao procedimento para substituição por luminárias LED na iluminação exterior do Parque Urbano de Santo António.

No que respeita ao Serviço de Gestão Cemiterial, para além da realização de 560 atos funerários, deu-se continuidade à conservação dos espaços verdes dos Cemitérios de Almada e de Vale Flores.

Quanto ao Serviço Veterinário Municipal foi dada continuidade à promoção da adoção de animais recolhidos no Centro de Recolha Oficial, tendo sido efetuada uma campanha nesse sentido com a distribuição de folhetos durante a realização do Festival Sol da Caparica.

Fez-se ainda o acompanhamento de processos relacionados quer com canídeos potencialmente perigosos, quer com possíveis maus tratos a animais e ainda ações conjuntas com as forças policiais.

Colocou-se mais um abrigo para gatos na Travessa Rui Furtado, na Charneca de Caparica

Realizamos uma reunião com a nova Direção da Associação Onde Há Gato Não Há Rato, tendo em vista analisar a proposta de protocolo a assinar com a instituição.

Estamos ainda a melhorar as condições do Centro de Recolha Oficial com a construção de um gatil e a instalação de 10 novas boxes para cães, destinadas a situações de emergência.

Apoiámos a realização do 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal, que se realizou em Almada a 29 e 30 de junho.

Procedeu-se a uma visita às instalações do Centro de Recolha Oficial da Câmara de Sintra, para troca de experiências e recolha de sugestões.

No que respeita à atividade ligada à Educação e Sensibilização Ambiental, destacamos a realização do 16º Fórum 21 da Criança – que constituiu mais um grande momento de participação das crianças do nosso Concelho.

O Fórum 21 da Criança marcou também o encerramento da Semana Verde 2019, tendo esta sido dinamizada com a celebração do Dia da Biodiversidade, Dia da Energia e Dia do Ambiente.

Neste período de Verão participámos na conceção da imagem e conteúdos do tema "Praias 2019" na campanha "Almada é a tua Casa", tendo realizado várias ações ligadas à temática do lixo marinho e da proteção do ecossistema dunar.

Liderámos o processo de candidatura das nossas praias à Bandeira Azul, e a Praias com Qualidade de Ouro, que resultou na atribuição da Bandeira Azul a 6 praias, e da Qualidade de Ouro a 12 praias, tendo ainda sido instalados os painéis com informações aos utilizadores.

Demos ainda o nosso contributo para o sucesso do Festival Sol da Caparica com um programa de atividades de sensibilização ambiental, nos domínios da biodiversidade litoral, limpeza das praias, separação de materiais, eficiência energética e carbónica e mobilidade urbana sustentável.

O projeto "Almada Bus saúde" mereceu também o nosso apoio na divulgação da sua extensão à Romeira e na preparação de um inquérito de satisfação junto dos utilizadores.

De destacar também o apoio a várias Ações de Voluntariado Ambiental, para limpeza de praias, à dinamização regular da Cicloficina de Almada e também ao projeto "Plástico à Vista".

Saliento também a realização de várias visitas e percursos ligados ao Ambiente que tiveram lugar no Parque da Paz, na Costa da Caparica e no percurso "Do Cristo Rei ao Tejo".

No âmbito da Inovação, Clima e Energia há a destacar a continuidade das várias ações de monitorização, estudo e análise de dados em temas como os efeitos do calor urbano, a qualidade do ar, a qualidade ambiental do estuário do Tejo, o arrojamento de animais marinhos na frente atlântica de Almada, as dinâmicas populacionais dos recursos haliêuticos (pescado) e das comunidades de fauna e flora dos sistemas dunares de S. João da Caparica, não esquecendo as vulnerabilidades territoriais.

Demos os nossos contributos para o Plano de Ação e Estratégia para a Gestão e Redução do Ruído do Município de Almada e para a Estratégia Nacional de Ruído Ambiente 2030.

Acompanhámos os procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental relativos aos casos da Sovena Oilseeds e da Companhia Térmica Tagol.

No que diz respeito à Rede de Hortas Municipais, foi feito o acompanhamento das hortas de S. João e do Texugo, tendo sido elaborada a proposta para lançamento de novo procedimento de empreitada das Hortas Municipais do Laranjeiro.

Finalizámos ainda o processo de aquisição, através do Fundo Ambiental, de viaturas ligeiras de mercadorias 100% elétricas para utilização por vários serviços camarários, estando também a trabalhar na expansão da Rede de Postos de Carregamento de Viaturas Elétricas em Almada.

Elaborámos uma proposta para a remodelação do sistema de Iluminação pública do Concelho.

Continuámos a acompanhar o Plano Metropolitano Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa AML, tendo sido realizada uma reunião, no Parque da Paz, sobre as opções de adaptação aplicáveis no nosso município.



No que diz respeito ao projeto ReDuna, mantivemos a monitorização geomorfológica e aprofundámos o envolvimento da comunidade escolar e visitantes.

Demos também seguimento ao projeto Laboratório Vivo para a Descarbonização, na Rua Cândido dos Reis em Cacilhas, sempre com a preocupação do envolvimento da população e comerciantes como ficou patente numa reportagem realizada pela TSF neste período.

Neste período, deu-se início às empreitadas de reparação e construção de pavimentos pedonais e rodoviários.

Entre as obras já iniciadas destaca-se a rotunda no Largo Filinto Elísio, na Cova da Piedade, a rotunda da Quinta do Modelo, na Charneca de Caparica e a rotunda da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT na Caparica. Foi ainda concluída a rotunda da Quinta da Carcereira, na Charneca de Caparica.

Também na rede viária, mas por administração direta, prosseguem os trabalhos de "tapa-buracos" e de pavimentação.

No entanto, um parque de máquinas obsoleto e condicionado por avarias constantes tem prejudicado o objetivo de recuperar o atraso de décadas no tocante à melhoria da rede viária do Concelho.

Ainda assim, neste trimestre, concluiu-se, por exemplo, a repavimentação da Azinhaga de Pêra, na Freguesia da Caparica/Trafaria e da Praceta Raul Brandão e parte da Avenida Arsenal do Alfeite, no Laranjeiro/Feijó.

No que respeita à sinalização horizontal e vertical, procedeu-se à repintura de passadeiras, dando prioridade às que se encontram na proximidade das escolas, e de outras marcações viárias existentes.

Quanto à requalificação da Avenida do Mar e da Rua Amadeu de Sousa Cardoso, na Aroeira, está a ser finalizado o projeto de execução para o lançamento de uma empreitada.

Relativamente à frota municipal tem sido feito um enorme esforço para a sua renovação, sendo de sublinhar a receção de dois tratores para serviços florestais e limpeza de praias, quatro viaturas pesadas de apoio à salubridade e espaços verdes e ainda de seis veículos ligeiros 100% elétricos para diversos serviços.

Na área de intervenção dos SMAS neste período destacamos a execução de diversas ações de manutenção corretiva e preventiva, reabilitação das redes de abastecimento de água e drenagem, assim como execução de ramais de ligação e manutenção de hidrantes. Em todas as freguesias foi cumprida a limpeza de sumidouros, limpeza de fontes em Almada e inspeção de coletores. Foram ainda reabilitadas condutas no Laranjeiro, Caparica, Trafaria, Charneca de Caparica e Sobreda.

Foram repostos 195m2 de pavimento em asfalto por Administração Direta e 1165 m2 por Empreitada. Foram asseguradas 136 intervenções pelo Setor de Construção Civil, designadamente reposição de portinholas, colocação de roços, reposição de pavimentos de cimento e marcos, trabalhos de pedreiro, pintura, carpintaria e serralharia.

Durante o período em análise foi assegurado o atendimento ao público a 6.833 utentes. Importa ainda referir que foram elaborados 1.002 planos de pagamento em prestações de fornecimento água. Foram rececionados e submetidos a apreciação 4.650 pedidos para atribuição de tarifário social a consumidores domésticos.

Estiveram em curso as seguintes empreitadas:

- Remodelação das redes de abastecimento de água e saneamento da Rua Manuel Sousa Coutinho em Almada;
- Reabilitação de redes de drenagem, continuidade na Rua do Botequim e Rua Fernanda de Castro na Charneca de Caparica;
- Reabilitação da rede de água junto à Praça Nossa Senhora dos Navegantes na Costa da Caparica;
- Remodelação da rede de abastecimento de água na Rua Torcato José Clavine e Rua Galileu Saúde Correia no Pragal;

Os Serviços Municipalizados estiveram ainda presentes em diversas iniciativas do Município, onde procederam à ativação de marca e dos projetos ambientais dos SMAS.



Salientamos:

Festival O Sol da Caparica, Viagem ao Mundo da Água, Praias do Concelho de Almada com Qualidade de Ouro 2019, Filhos de trabalhadores visitam o local de trabalho dos Pais e momento da oferta e instalação de bebedouros no campus da FCT NOVA.

Estiveram também presentes na reunião de trabalho com o grupo Beirsdorf, proprietária da Marca Nivea, no âmbito do regresso da Bola Nivea às praias da Costa da Caparica e desenvolveram iniciativas sociais como "O surf é para todos."

6.1.1.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente até porque esta discussão relativamente a este ponto já vai longa, e temos ainda uma extensa agenda par discutir nesta mesma Sessão. Gostaria apenas de deixar aqui uma ou duas considerações relativamente ao que diz e ao que não diz respeito à Atividade Municipal, e gostaria desde já visto que ainda não foi aqui referido, de saudar mais uma vez aquele que já conhecido e reconhecido não só a nível nacional, europeu e mesmo a nível internacional, que é o Festival Teatro de Almada. Mais uma vez, tivemos uma excelente edição deste mesmo Festival que já se realiza há bastantes anos, já são quase 40 edições e realçar aqui mais uma vez todo o trabalho que tem sido feito quer pela Companhia de Teatro de Almada, quer pelo seu Diretor Rodrigo Francisco, deixar aqui uma saudação para a organização e também à Câmara Municipal de Almada, que tem apoiado, recordo nomeadamente aquele apoio o ano passado, devido ao corte por parte do Ministério da Cultura e que foi fundamental para poder garantir com toda aquela qualidade que o Festival de Teatro de Almada nos habituou.

Gostaria também de alertar Senhora Presidente da Câmara Municipal, alertar isto é, incentivar, dar um incentivo maior para aquilo que tem sido e deve ser a reconversão do espaço público em Almada, para que tenhamos um espaço público mais atrativo, mais agradável, mais integrado, para que possa ser usufruído por todos em segurança, e que ao longo de tanto tempo. E também alerto aqui os Senhores/as Presidentes de Junta aqui presentes, para que tenham também essa mesma preocupação de o quanto antes possível, poder dar uma maior intervenção naquele que é o espaço público, e estamos a falar de passeios, estamos a falar de estradas, estamos a falar de acessos que são bastante importantes para todos aqueles que querem viver o espaço público.

Depois uma questão que eu gostaria também de colocar à Câmara Municipal, depende daquilo que tem também a ver com a alteração da Lei, que é relativamente ao Conselho Municipal de Segurança. A Assembleia Municipal entendeu que deveríamos indicar os cidadãos para este mesmo Conselho Municipal de Segurança e muito bem, este Conselho Municipal de Segurança salvo erro, reuniu apenas uma vez, gostaria de perguntar qual será o entendimento da Câmara Municipal ou mesmo aquilo que tenha a ver com a Lei, qual será a finalidade ou que é que está previsto para dar continuidade ou não nos moldes ao qual nós estamos habituados a ver, o Conselho Municipal de Segurança. Se vai reunir novamente, se, entretanto, os cidadãos continuam a integrar este mesmo Conselho Municipal e para quando a próxima reunião.

Uma outra sugestão e tem a ver também com aquilo que nós ouvimos ao longo desta época balnear. Senhora Presidente da Câmara, continuam a faltar na Costa da Caparica nomeadamente, chuveiros públicos para uso dos banhistas e quem nos visita. É também importante que esta situação seja uma realidade, seja resolvida, pois aquilo que temos ouvido ao longo do contacto com os munícipes e com todos aqueles que nos visitam inclusivamente turistas, que é uma das lacunas que temos no nosso Concelho, nomeadamente na zona balnear, é a falta de chuveiros para que possa também trazer uma maior qualidade para o nosso Concelho e nomeadamente para aquelas Freguesias à beira mar e à beira rio.

Apenas para terminar, eu gostaria também de relembrar e salvo erro, daqui a duas horas a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense faz anos, faz a bonita idade de 171 anos, é a 2ª maior coletividade, a nível de longevidade do país, é uma coletividade como todas as outras do nosso Concelho e não vale a pena estar aqui a enumerar para não falhar nenhuma delas, sabemos perfeitamente qual a importância que estas mesmas coletividades tiveram ao longo dos séculos, quer do Portugal e do Poder Local Democrático, quer anteriormente,



na altura em que as mesmas nasceram, na altura em que as mesmas foram constituídas, e portanto, ao longo de muitos anos, estas coletividades tiveram uma importância redobrada na sociedade. Queremos também que a partir deste momento estas mesmas coletividades tenham mais atribuições, tenham mais competências, para que possam fazer efetivamente, até quem sabe substituir algumas entidades, algumas instituições que funcionam se calhar a meio gaz e que as coletividades com atribuições com mais capacidade, possam efetivamente ajudar mais a população. E gostaria como é evidente saudar estes 171 anos da Incrível Almadense."

6.1.1.8 - O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à analise que efetuamos à Atividade Municipal referente aos meses de junho, julho e agosto, gostávamos, uma vez mais, de sublinhar a situação preocupante relacionada com a inexistência de um plano de esterilização de animais. No âmbito dos trabalhos da 3ª Comissão Permanente, na sequência do programa cheque veterinário que esta Assembleia determinou que deveria ser discutido em Comissão, tivemos a oportunidade e o prazer de visitar algumas associações, também o Canil Municipal, foi um dia bastante produtivo, em que todas as forças políticas estiveram presentes e em que foi possível verificar os problemas que existem neste particular neste Concelho de Almada.

Em relação ao Serviço Veterinário Municipal, que é aquilo que nos traz aqui a observação, estamos particularmente preocupados com a questão de que, segundo fomos informados a falta de recursos é evidente, não ocorreram esterilizações no período recente, o que nos deixa obviamente numa situação que confrontados com a necessidade de ter um plano forte e que no fundo estanca esta hemorragia, que é a sobrepopulação animal no Concelho de Almada, a Câmara Municipal não esteja a dar a resposta devida. Se é uma questão de falta de meios, aproxima-se o debate do orçamento, seria bom que conseguíssemos refletir de alguma maneira essa situação no documento a apresentar.

Depois, outras situações, também gostaríamos de ter aqui algum feedback da questão dos planos de resolução que existem para as matilhas de animais assilvestrados, sabemos que ocorreu uma reunião, portanto, saber se nos podia deixar aqui publicamente alguma informação.

Saudar o início do estudo referente ao Plano de Arborização Municipal e Elaboração do Regulamento Municipal de Arvoredo de Almada, que vem também no seguimento de uma recomendação que o PAN aqui apresentou e que foi aprovada por todos os partidos.

E para terminar, a questão que já foi referida pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha, na sexta-feira e que se prende com o glifosato. É referido no texto. Na página 52 é feita uma referência que foi implementado o Plano de Controlo de infestante nos passeios, tendo sido intervencionados 395 arruamentos, através de corte mecânico de ervas pelos Serviços Municipais e 54 arruamentos pelo prestador de serviços. Não é referido glifosato, não são referidos arruamentos onde eventualmente essa substância possa ter sido utilizada, mas sabemos que efetivamente ela foi utilizada por questões que o Senhor Deputado Municipal José Rocha já aqui nos trouxe e que também chegaram ao nosso conhecimento.

Depois também se é possível termos alguma informação adicional relativamente a esta participação no grupo de trabalho de eliminação do glifosato no concelho de Almada, que é referido na página 87 do relatório."

6.1.1.9 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Retomamos hoje um ponto que tem a ver com a Atividade Municipal, que não conseguimos finalizar na última sexta-feira, manifestamente por falta de tempo, e retomamos hoje esta questão reforçando digamos assim, as questões que aqui deixamos na sexta-feira, uma foi respondida outras não foram, e começaria exatamente, aliás, como foi agora qui citado pelo Senhor Deputado Municipal do PAN Artur Alfama.



A 1º questão prende-se com a utilização de herbicida desde a rotunda da Tremoceira até perto da Escola Carlos Gargaté, sabendo nós, que nesta União de Freguesias Charneca de Caparica Sobreda, foi votado favoravelmente a proibição da utilização do glifosato, a pergunta que se impõe é que tipo de herbicida, que tipo de produto estava a ser aplicado e o porquê da inexistência de qualquer aviso prévio como é normal e corrente neste tipo de situações.

A 2ª questão que também aqui deixamos, tem a ver com a nova rotunda a que deram o nome de Rotunda da Conceição Sameiro Antunes. Começou com um grande aparato sem dúvida, e tem vindo a abrandar. Chamar a atenção sobre o rebaixamento dos passeios com acesso para cadeiras de rodas, o que lá está parece-nos muito alto, e já agora, que sejam criadas condições para os trabalhadores fazerem as suas refeições com dignidade, porque estão a comer no local da obra, dentro das carrinhas, não nos parece de todo, dignificante para uma obra da Autarquia.

Uma das questões para a qual tivemos resposta e por isso é importante voltar a esta questão, tem a ver com a ECALMA como é conhecido pela generalidade dos nossos cidadãos, hoje o WEMOB. O nosso foco, a nossa chamada de atenção, se assim quisermos, prendia-se apenas e só, com o facto, de não ser possível resgatar, recuperar, levantar carros rebocados para o parque da ECALMA depois das 18H00, esse foi o ponto único da nossa referência aqui ao tema ECALMA. E com todo o respeito que merece Senhora Presidente de Câmara, a resposta que nos deu, parece-nos no limite bastante deselegante. E bastante deselegante porquê? Não sei se se recorda do que nos respondeu, mas eu relembro-a. A Senhora Presidente de Câmara respondeu-nos que não era verdade, e confirmamos que era verdade com um dos responsáveis da ECALMA ali fora, em diálogo posterior à reunião, foi confirmado que de facto, não se pode levantar os carros depois das 18H00, com todas as contrariedades que isso acarreta para os proprietários das mesmas, e quando digo que parece minimamente deselegante é porque, quando a Senhora Presidente de Câmara nos diz que não é verdade, ou seja, está a desmentir uma coisa que nós sabemos que é verdade. Quando a Senhora Presidente nos diz que antes, não sei se foram estas palavras com rigor, mas não prever seguramente o sentido que deu à sua resposta, quando nos diz que, antes de falar nestes temas ou antes de levantar aqui essa questão devemos certificarmo-nos da sua veracidade, permita-me que lhe diga Senhora Presidente de Câmara, simplificando toda esta questão, quando um cidadão põe na urna um voto no Bloco de Esquerda está a confiar em nós para que o representemos com seriedade e que o ouçamos nos seus problemas e que os ajudemos a arranjar soluções para aquilo que os incomoda. Eu não sei se a Senhora Presidente de Câmara quis dizer, quando um cidadão que em nós votou, aborda um qualquer Deputado Municipal do Bloco de Esquerda e expõe um problema que lhe causa desconforto, desagrado e em muitas situações um enorme transtorno, como é o caso, por eu até dou o exemplo, imaginemos que a viatura está presa lá dentro, deixou lá as chaves de casa ou eventualmente documentos que lhe possam fazer falta. Eu não sei se a Senhora Presidente quis dizer quando os cidadãos vêm ter connosco, e eu digo "espere aí, eu não sei se o Senhor é mentiroso ou se a Senhora é mentirosa, tenho que ir ver se é verdade que é para depois levar á Assembleia Municipal". Não Senhora Presidente, não isto que nós adotamos no Bloco de Esquerda como princípio. O que adotamos como principio é: e vou simplificar para não estarmos aqui a gastar muito tempo. O cidadão vota no Bloco de Esquerda e está a demonstrar que confia em nós e nós confiamos nos cidadãos, não vamos perguntar aos cidadãos se é verdade se não é, eles poem-nos a questão nós confiamos e trazemo-la aqui. Esses são os princípios básicos deste partido chamado Bloco de Esquerda e tem qui representatividade nesta Assembleia Municipal. E já agora, permita-me que lhe diga, quando é dada uma resposta destas carece no mínimo de uma melhor ponderação, de uma melhor ponderação no mínimo, Senhora Presidente. E daí volto a repetir com todo o respeito que merece. E agora, para finalizar, diria apenas que, quando nós trouxemos aqui esta questão não foi em tom acusatório, nós trouxemos qui esta questão para que em conjunto possamos arranjar soluções e ainda mais por quem de direito, que é o executivo que governa este Concelho. Nós gostaríamos que para estas questões que aqui deixamos, respostas convincentes e suficientemente esclarecedoras."

6.1.1.10 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Eu queria aproveitar este espaço para colocar duas outras questões à Senhora Presidente de Câmara. A 1ª prende-se com a realização do Festival Sol da Caparica deste ano, e prende-se com os relatos que foram sendo feitos principalmente em relação ao dia de sábado, em que ao que parece, e por isso eu questiono, a afluência foi um pouco acima do que era esperado. No próprio dia foram ainda postos à venda bilhetes e foram criadas, (não estou a dizer que é verdade), ainda por cima tendo em conta as intervenções anteriores, estou apenas a relatar aquilo que li nas redes sociais e li em órgãos da comunicação social, houve problemas, que as forças da ordem foram chamadas a intervir, houve falta de água, os espaços de alimentação estavam sobrecarregadíssimos, e presumo que empiricamente, as pessoas sentiram que a lotação estava de facto, sobredimensionada. Eu acho que, saudando, no entanto, o sucesso do Festival mais uma vez, que tem tido sucesso ao longo do tempo, creio que devem ser acauteladas estas questões relativas à segurança e ao número de pessoas que têm acesso ao espaço em si.

Depois, eu sei que o problema que se vive atualmente na rede municipal de bibliotecas de Almada, já foi alvo de discussão aqui no Período de Antes da Ordem do Dia de sexta-feira, mas eu ouvi uma resposta da Senhora Presidente, que não me deixou sossegado e por isso eu preciso fazer esta pergunta. Há uma situação que está a ser vivida e que de facto, nos deve preocupar a todos. A Senhora Presidente diz que, e não vou citá-la, mas espero também não estar a subverter as suas palavras quando disse que não tinha conhecimento factual da situação. Mas eu tenho conhecimento que existe um abaixo-assinado com 41 nomes. São as pessoas a dar a cara por um problema, quando são 41 trabalhadores de rede municipal de bibliotecas de Almada. Portanto, a pergunta que eu coloco é: o executivo não tem conhecimento deste abaixo-assinado? A pergunta é esta.

Mudando de assunto, na estrada das Barrocas, eu já aqui falei nisto uma vez, existe um espaço que é privado sensivelmente a meio do lado oposto à Escola Comandante Conceição e Silva. É um espaço privado que está vedado, tem uma vedação em toda a sua volta e tem lá no meio uma pequena selva. Uma pequena selva onde estão detritos, onde estão animais mortos, ratos, principalmente e há muita vegetação com todos os inconvenientes que dai advêm. Infelizmente, do outro lado da estrada, havia um lote que foi a Sessão de Câmara e a proposta foi retirada, e ao que eu sei já foi novamente colocada e colocada nos mesmos termos em que estava colocada anteriormente. Então o que eu vou fazer não é uma pergunta é de facto, uma afirmação. A decisão é má, é má para a zona, é má para as pessoas e não traz nada de novo em relação ao que era feito anteriormente. Se este executivo quer ser diferente, tem que fazer diferente. A Cova da Piedade e principalmente aquela zona de tudo o que precisa, aliás, o que menos precisa é de mais um edifício com habitação, com escritórios e com lojas nos pisos térreos. 100 metros abaixo há um Centro Comercial que está fechado há anos com as lojas todas vazias, não há uma loja ocupada, aquela zona precisa de estacionamento, aquela zona precisa de espaços para as pessoas passarem o seu tempo, aquela zona precisa de espaços para as pessoas passearem os seus animais. Portanto aquela zona precisa de um arrojo que não está a ser tido neste momento. A proposta que foi aprovada em Sessão de Câmara foi um erro, portanto, falta de arrojo, falta de visão e se calhar falta de poder de decisão para avançar com uma coisa nova para aquela zona um espaço que fizesse ali a ligação com a Escola, onde as pessoas pudessem estar agradavelmente à espera das suas crianças, a passearem os seus animais e um espaço para estacionar porque aquelas ruas estão completamente sobrecarregadas de carros."

6.1.1.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar responder o máximo possível, embora seja difícil. Agradecer de uma maneira geral todas as intervenções e as perguntas.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que nos fez uma pergunta concreta, obviamente também nos congratulamos com o aniversário da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. Agradecer as palavras sobre o Festival de Teatro de Almada.

Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o que está a acontecer e já me foi enviada esta semana uma nova proposta de alteração da estrutura em função das novas competências. Portanto, é isso que está a



acontecer, é isso que tem que ser adaptado, e talvez também tentar agilizar o seu funcionamento para poder ter uma major intervenção e uma major ação ao longo do ano.

Eu agora não respondo a tudo. Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, depois o Senhor Vereador Nuno Matias irá responder às questões que colocou.

Relativamente ao herbicida usado, que é também uma questão do Senhor Deputado Municipal José Rocha. Senhor Deputado Municipal José Rocha, o que aconteceu na sexta-feira, acho que ambos nos enganamos, porque depois o que percebemos lá fora foi que, nem um, nem outro, estava a perceber o que o outro estava a dizer. Portanto, não foi de maneira nenhuma minha intenção estar a dizer que o Senhor Deputado Municipal estava a mentir. A única coisa, é que muitas vezes, não é porque alguém diz ou então sobretudo não é porque alguém escreve numa rede social que passa a ser um facto. Foi só nesse sentido. E que eu acho que nós todos como Autarcas, seja qual for, temos uma obrigação, a bem da saúde democrática e política de todos, cada um com as suas ideias, cada um com as suas posições, temos obrigação de verificar e às vezes de esclarecer os cidadãos a dizer que se calhar não é tal e qual como eles pensam. É uma tarefa difícil? É. A quem o diz. A quem o diz. Passo a vida a ter que desmentir catástrofes e coisas horríveis que se andam a passar por Almada, mas felizmente essa ideia do diabo almadense, já está mais fraca. Mas tem toda a razão, eu concordo completamente, os cidadãos confiaram em nós, e no nosso caso, mesmo aqueles que não nos deram o voto nós temos a obrigação de os servir. Outra coisa, é um facto, que os serviços fecham às 18H00. E que de facto, alguém que tenha o seu carro rebocado antes disso, depois das 18H00, não o pode retirar, pode retirar no dia seguinte às 09H00. Só desde então, também me fui informar, só a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, é que tem um serviço até às 22H00. Nós de facto, aqui, para já, não temos meios, não temos pessoas, o WEMOB neste momento não tem meios nem pessoas para ter um serviço até às 22H00. Com as condições obrigatórias para os trabalhadores. Portanto, a questão é essa. De facto, quem não retirar o carro atá às 18H00, tem que esperar o dia seguinte até às 09H00.

Relativamente ao glifosato, houve um compromisso que 2019 era o último ano. E, portanto, a partir de 2020 não há glifosato. O grupo de trabalho é um grupo de trabalho no interior da salubridade, mas pode-se estudar outras possibilidades de encontrar alternativas. Está a ser substituído por vinagre, e daí não haver indicação, e a nossa estratégia é de facto, o intensificar o corte. O vinagre também não é uma solução ideal, não é. Não é, porque é de eficácia duvidosa e porque também acidificam os solos. Não usar herbicida é um compromisso nosso e acabará, sobretudo o glifosato. Agora, temos que ter a noção que isto vai significar que vai ser mais difícil retirar as ervas. Eu prefiro ervas a ter um produto químico como o glifosato, digo muito francamente, a título pessoal, mas não só, como Presidente da Câmara. Acho que já está mais do que comprovado que o glifosato pode ter, de facto, efeitos muito nefastos para a saúde. Mas, isso também significa que vamos ter mais dificuldade, sobretudo num território como este, em cortar todas as ervas que nascem nos passeios. Portanto, estamos a preparar essa estratégia e a adaptação disso e inclusivamente a ver que tipo de outros investimentos mais é que vamos ter de fazer, em termos de maquinaria etc. Mas, quero deixar isto claro.

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes. Sol da Caparica. Não houve mais bilhetes vendidos, pela 1ª vez atingiu-se o limite daquele espaço que era de trinta mil pessoas no sábado. Mas não houve intervenção das Forças da Ordem, não houve agressão dentro do recinto, e as intervenções que houve, daquilo que nos foi dito, houve de facto, um arrufo fora do recinto. Haver um em três dias de Festival, eu acho que é um milagre. Não tenho noção de que tenha havido falta de água, houve problemas com a sinalização das casas de banho, e obviamente todas as dificuldades sentidas este ano estão anotadas para serem corrigidas no ano que vem. Eu acho que no balanço final, foi uma linda festa e com muita gente. Foi um sucesso absoluto."

6.1.1.12 - O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente e respondendo ao Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, que aproveito também para cumprimentar, mas sobretudo porque também dá a oportunidade de dar aqui uma informação um bocadinho mais detalhada sobre esta questão, aliás, no seguimento até de reuniões que já temos tido e de conversas que





é fundamental até que se possa amplificar para que se saiba qual tem sido a preocupação e qual têm sido as démarches que têm sido feitas. Não vale a pena esconder, é verdade, temos tidos algumas dificuldades de limitação de recursos humanos, não é só neste serviço, mas este serviço particularmente tem-nos preocupado, principalmente e também, não vale a pena escamotear algo que é público, os nossos dois veterinários, um está de baixa e a outra foi mãe há relativamente poucos dias. Isso, como pode imaginar, do ponto de vista operacional, levou alguns constrangimentos no serviço, nomeadamente nos últimos dois meses, até porque, não só fez reduzir a nossa capacidade de execução de atos clínicos, que estava acima da média, não ainda dentro do volume que nós gostaríamos e que aliás, tínhamos reportado que em velocidade de cruzeiro queremos chegar às 700 esterilizações anuais. Se mantivéssemos o ritmo do início do ano, chegaríamos certamente perto de 500, mas ainda assim, percebendo que há estas razões operacionais que estão muito dependentes deste tipo de circunstâncias, estamos neste momento a desencadear processos de tentar contratar prestadores de serviços que vão estar no próprio serviço. Como tiveram ocasião de ver, houve um investimento feito para melhorar as condições não só dos trabalhadores, mas também temos neste momento duas mesas clínicas disponíveis.

Sobre a questão das matilhas. Dar nota que também já identificamos uma solução e estamos neste momento num processo de aquisição em simultâneo com aquilo que estamos a fazer de forma transitória no serviço que é aumentar a lotação seja para cães, seja criando um gatil que nunca existiu e que neste momento já está a ser construído. De qualquer maneira estamos a acabar como também já tivemos a ocasião de falar, o estudo prévio do novo Centro de Bem Estar Animal."

6.1.1.13 - O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, eu nem sou grande adepto das redes sociais, devo dizer. É evidente que nós não vamos às redes sociais procurar assuntos para depois trazermos à Assembleia Municipal, não é de todo o caso. E quando eu falei nos votantes do Bloco de Esquerda, foi apenas no contexto de reciprocidade de confiança, que isto fique bem claro. E, curiosamente, as duas pessoas que nos abordaram para trazer este tema, nem sequer votaram no Bloco de Esquerda, de fonte segura sei que assim foi. Portanto, nós também ouvimos todos os cidadãos. Agora, a questão fundamental aqui é que sempre que trazemos alguma coisa, é seguramente de inteira confiança, nós levamos a política muito a sério, e trazemos aqui de uma forma muito séria Senhora Presidente de Câmara. É apenas este esclarecimento."

6.1.1.14 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para uma interpelação à Mesa na pessoa do Senhor Presidente, e tem a ver com o seguinte: na sexta-feira passada, a CDU através da intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, fez um pedido de distribuição de um documento relativo à ata da reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, o Senhor Presidente disse nessa altura que iria fazer chegar esse documento eletronicamente a todos os Senhores/as Deputados/as Municipais. Não fez chegar. E, entretanto, hoje distribuiu uma cópia em papel a cada uma dos Grupos Municipais. O que nós gostaríamos era de reiterar o interesse que a CDU tem na distribuição a cada um dos Deputados Municipais deste mesmo documento."

6.1.1.15 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhor Deputado Municipal João Geraldes, tem toda a razão, e foi exatamente isso que aconteceu, só que como eu referi há pouco, ainda não recebemos o correio em formato digital, portanto, em alternativa, se for o entendimento nós podemos digitalizar e mandar um PDF digitalizado se for esse o entendimento nós fá-lo-emos amanhã."

6.2 — Seguindo a agenda, e conforme foi consensualizado na Conferência de Representantes, foram apresentados em conjunto, e realizada a respetiva votação em separado e por escrutínio secreto, os pontos da ordem do dia 3.5, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento

Concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau — Chefe de Divisão de Gestão Administrativa — SMAS", 3.6, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado — SMAS", 3.7 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças" e 3.8 relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras — SMAS".

- **6.2.1** Para apresentação das propostas usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado
- **6.2.1.1** A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentarei o ponto 3.7, e depois se o Senhor Presidente permitir passarei a palavra ao Senhor Vereador Miguel Salvado, para apresentação dos restantes pontos.

De qualquer maneira, a apresentação é muito breve. No caso da apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a alteração da composição de Júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração e Finanças, houve uma alteração de Diretor Municipal, o Dr. Bruno Martinho por questões pessoais teve que deixar essa função e, portanto, será substituído pelo Senhor Diretor Municipal Eng.º Jorge Barroso. Portanto, é essa a proposta."

6.2.1.2 - O Senhor Vereador Miguel Salvado:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, foi distribuída a proposta é para um júri para o lugar de Diretor dos SMAS e outro júri para o Diretor do Departamento de Projetos e Obras, também dos SMAS:"

- **6.2.2** Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, procedeu-se a votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:
- **6.2.2.1** A proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau Chefe de Divisão de Gestão Administrativa SMAS" foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e 15 brancos, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, designou o júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa (DGA) dos SMAS, por proposta da Câmara Municipal nº 86/XII-2º, com a seguinte constituição:

Presidente do júri: Luís Gonçalves - Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro dos SMAS;

Vogais efetivos: Regina Camilo - Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da CMA; José Carlos dos Reis Coelho - Diretor do Departamento Jurídico da CMA;

Vogais suplentes: Delfina Sozinho Caraça - Chefe de Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem (em regime de substituição); Eduarda Flora - Chefe de Divisão de Gestão Comercial e Atendimento do Departamento Administrativo e Financeiro dos SMAS.

6.2.2.2 – A proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado - SMAS" foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, 14 brancos e 1 nulo, através da seguinte

DELIBERAÇÃO



Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 89/XII-2º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS:

Presidente - Jorge Manuel Caldeira Barroso, Diretor da Direção Municipal de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Almada

- 1º Vogal Efetivo Nuno Alexandre Correia Martins Cavaco, Subdiretor para o Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- 2º Vogal Efetivo Mário Fernando Rocha Ávila, Diretor da Direção Municipal de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Almada
- 1º Vogal Suplente Gabriel Alexandre Martins Lorena Oliveira, Diretor da Direção Municipal de Obras, Mobilidade e Urbanismo da Câmara Municipal de Almada
- 2º Vogal Suplente Hugo Moreiras Marques Lourenço, Secretário Geral da Secretaria Geral da Câmara Municipal de Almada.
- **6.2.3.** A proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças (cargo de Direção Intermédia de 1º Grau)" foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 14 brancos, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 90/XII-2º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças:

Presidente: Hugo Moreiras Marques Lourenço, Secretário Geral

- 1º Vogal: Jorge Manuel Caldeira Barroso, Diretor Municipal de Serviços Urbanos
- 2º Vogal: Hernâni Silvino Vilela Boaventura, Diretor Municipal de Gestão e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas
- **6.2.2.4** A proposta da Câmara Municipal sobre "Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras SMAS" foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e 15 brancos, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 91/XII-2º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras dos SMAS:

Presidente do júri: José Pires da Costa Ramos - Diretor Delegado dos SMAS de Almada (em regime de substituição);

Vogais efetivos: José Manuel de Saldanha Gonçalves Matos - Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa; Paulo Jorge Silva Gonçalves - Diretor do Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água dos SMAS de Almada;

Vogais suplentes: Paula Alexandra Dias Lopes Veiga Crespo Fachada - Chefe de Divisão de Gestão Administrativa dos SMAS de Almada (em regime de substituição); Ana Luísa Pinto Nunes Curto - Chefe de Divisão de Pessoal dos SMAS de Almada.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente"



6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já tivemos a ocasião de falar desta proposta. Este acordo com o Fundo Ambiental vem na sequência daquilo que foi o novo normativo para o Ordenamento da Orla Costeira, e as suas implicações no nosso território e que são grandes. Não devemos esquecer, o nosso território está, de facto, numa zona identificada como zona vermelha, relativamente ao possível galgamento do mar. No passado dia 2 de setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, uma proposta de minuta de Protocolo, com o montante global de meio milhão de euros. É necessário agora corrigir a pedido do Fundo Ambiental. Deixar claro que são cem mil em 2019, e os quatrocentos mil em 2020. No fundo, o que trazemos aqui são os respetivos protocolos. No protocolo inicial, em que estava tudo já no clausulado, e no segundo onde foi corrigido passando para a exposição de modo a não dificultar a execução da 1º tranche ainda em 2019. Do ponto de vista do Fundo Ambiental que tem que esperar pelo novo orçamento fica comprometido, mas só o poderá libertar em 2020. E, portanto, o que trazemos aqui é a celebração dos protocolos na esperança que a Assembleia Municipal concorde com os mesmos. Este montante só pode ser usado na requalificação da Frente Marítima. Foi abordado na sexta-feira, antes do protocolo já tínhamos iniciado a obra e os procedimentos para a obra de reabilitação da ex-praça das Tulipas que já não há, e, portanto, o que nós chamamos agora o Parque Atlântico. Isso foi um investimento da Câmara Municipal, mas que como eu disse na sexta-feira, poderá vir a ser inserido neste protocolo dado que o Fundo Ambiental só restitui despesa. Portanto, a Câmara Municipal tem sempre que iniciar a despesa e depois mediante fatura é ressarcida do mesmo. Essa questão foi posta ao Fundo Ambiental que aprovou esperamos a assinatura para poder justamente passar à 2º fase. Dito isto, ainda há muito para reabilitar naquela frente marítima, e, portanto, é isso que pretendemos continuar a fazer ainda para este ano e sobretudo para 2020."

6.3.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado João Geraldes (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU irá votar contra esta proposta da Câmara Municipal pelas seguintes razões: para além da já referida ligação que a proposta tem ao Programa da Orla Costeira, Alcobaça- Cabo Espichel, esta proposta enquadra-se na assunção de responsabilidades do Município, decorrentes da aceitação de transferência de competências da Administração Central para o Município com a qual continuamos a discordar, a nossa posição é clara e conhecida.

Em 2º lugar, a proposta integra uma cláusula de confidencialidade, a cláusula 7º, cujo o conteúdo é absolutamente inaceitável num quadro que se pretende de absoluta transparência exigível e exigida em todos os processos que envolvam investimento público. A CDU não aceita que possam ser desenvolvidos processos de concessão planeamento, projeto e concretização de intervenções de investimento público, que não sejam desde a sua génese absolutamente transparentes aos olhos de todos os cidadãos.

Finalmente, ainda que a CostaPolis esteja em fase de liquidação, a verdade é que não se encontra liquidada e o respetivo património redistribuído pelos acionistas, Estado e Município. A CDU entende que neste quadro a Comissão Liquidatária da CostaPolis, deveria ter sido chamada a participar de alguma forma no processo de construção e celebração deste protocolo."

6.3.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, só para esclarecer que estas cláusulas de confidencialidade são absolutamente normais neste tipo de protocolos até à execução da obra e até haver um projeto definitivo. E a Câmara Municipal só pode contratar aquisição de bens e serviços e empreitadas, com base naquilo que é a contratação pública, não há nem nunca haverá nenhum tipo de opacidade nestes procedimentos. E, portanto, eu entendo as razões relativamente à delegação de competências, a posição política que a CDU sempre teve e que respeito, embora não concorde, respeito. Agora, tentar fazer passar aqui qualquer tipo de opacidade neste género de protocolos,

um protocolo que é trazido à reunião de Câmara, que é trazido à Assembleia Municipal e em que tudo o que venha a ser incluído dentro do protocolo passa forçosamente por uma contratação pública, que também tem que ser transparente, não estou a ver onde é que está a opacidade deste processo. É uma cláusula normal, de todos os protocolos, que é enquanto não está definido o tipo de projeto há uma confidencialidade de trabalho. Mas, Senhor Deputado Municipal esteja descansado, da nossa parte não há nenhum tipo de opacidade, nem preocupação. Nem creio que a ideia de pôr mais bancos, mais espaços verdes, mais chuveiros, requalificar a via clicável, possa sequer ser objeto de qualquer tipo de opacidade. Esteja descansado não vai acontecer. E, portanto, está tudo devidamente instruído e publicado."

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, e 14 votos contra, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, de acordo com a alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., nos termos da proposta nº 92/XII-2º da Câmara Municipal de Almada.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "2ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano".

6.4.1 - Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei ser breve naquilo que é o enquadramento e a razão desta 2ª Revisão do Orçamento 2019.

A 1ª das razões, a razão fundamental pela qual elaboramos uma Revisão Orçamental, prende-se com as candidaturas ao 1ª Direito, que como é conhecido, necessitam de uma rúbrica própria. E esse tipo de rúbrica própria só pode ser feita mediante revisão orçamental. Dito isto e já que tínhamos que fazer uma revisão orçamental, consideramos que talvez fosse bom juntar a essa revisão orçamental também uma alteração orçamental. Por outro lado, também fazer um acerto da receita em função daquilo que já é a execução da receita conhecida neste momento. Felizmente, em termos de execução de receita, as coisas continuam a correr bem. Já executamos tudo o que tínhamos previsto ao nível da receita e até já estamos um pouco acima. Portanto, nesse sentido, com base naquilo que é o acerto que fizemos em abril, decidimos voltar a equilibrar.

Também, como sabem, nós temos um orçamento aprovado em outubro, em maio há o fecho de contas e muitas vezes há a inserção do saldo de gerência para lançamento de empreitadas, quando temos a certeza que esse procedimento não pode ser executado este ano, ou porque só agora temos o visto do Tribunal de Contas para muitas empreitadas, ou porque ainda estamos em fase de projeto, ou porque em muitos casos são projetos que são transversais e que implicam outras entidades. Então, nesse caso, não vale a pena estar dotado, sendo que temos a certeza que a execução não será feita este ano.

Portanto, com total transparência o que nós trazemos aqui hoje é, de alguma maneira, um equilíbrio em função das receitas que já recebemos e aquilo que são as despesas estimadas até ao final do ano. O orçamento corrigido passa para 113.747.643.38€ (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e trinta e oito cêntimos). A 2ª Revisão contemplou as propostas dos serviços e a racionalidade das dotações considerando as necessidades e compromissos a assumir este ano. Foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental. Em termos de receita, criou-se uma rubrica de venda de edifício no valor de 71.000.00€ (setenta e um mil euros), que foi o lote na Cova da Piedade para o novo Centro Padre Ricardo Gameiro. Houve um reforço do IMT, como vos disse, na ordem de 1.120.000.00€ (um milhão, cento e vinte mil euros). Caso da

despesa houve também um aumento, e aliás houve uma surpresa, é que a Autoridade Tributária, regularmente faz uns acertos de contas nas restituições do IMT, fomos confrontados com um exercício de revisão e de restituição de valores pagos desde 2013, e estamos a falar a certa altura de uma restituição na ordem de 1.120.000.00€ (um milhão, cento e vinte mil euros). Também houve naturalmente um aumento com os encargos da cobrança. A Revisão Orçamental significa que há um reforço em rubricas na ordem de 3.735.101.08€ (três milhões, setecentos e trinta cinco mil, cento e um euros e oito cêntimos), houve diminuições na ordem de 7.036.501.00€ (sete milhões, trinta e seis mil, quinhentos e um euros), das diminuições há que retirar o reforço. Houve revisão dos Planos de Atividade Municipal com um reforço de 630.442.00€ (seiscentos e trinta mil, quatro e quarenta e dois euros), e houve diminuições na ordem de 1.934.601.17€ (um milhão, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e um euros e dezassete cêntimos). Na questão dos Planos Plurianuais de Investimento, houve reforços na ordem de 1.722.081.71€ (um milhão setecentos e vinte e dois mil, oitenta e um euros e setenta e um cêntimo) e diminuições na ordem dos 5.220.384.49€ (cinco milhões, duzentos e vinte mil, trezentos e oitenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos). Como disse há pouco, o orçamento passa de 117.049.044.00€ (cento e dezassete milhões, quarenta e nove mil e quarenta e quatro mil euros), para 113.747.643.38€ (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e trinta e oito cêntimos).

Estou obviamente à disposição dos Senhores/as Deputados/as Municipais, para as questões que queiram colocar."

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Lourenço (CDU) Margarida Lourenço (PS) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.4.2.1 - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quem esteve na sexta-feira nesta Sessão, pela intervenção que fizemos a propósito da execução do Plano de Atividades, percebe a forte crítica que fizemos ao baixíssimo nível de investimento, e percebe a razão porque votamos contra esta revisão orçamental. Porque efetivamente, enfim, nesta altura, como se diria numa linguagem futebolística, nesta altura do campeonato, no início do último trimestre, é mais do que claro, que o corte que aqui é feito na Despesa de Capital, está muito aquém do corte que certamente deveria ter sido feito, deveria fazer-se, para que a Revisão Orçamental assumisse efetivamente a atividade que este Município irá desenvolver até ao final do ano. Não está em causa fazer-se ou não se fazer revisão orçamental, poderá estar em causa neste caso aqui o tipo de rubricas em que se toca, tipo de despesas correntes que sobe, mas o mais relevante do nosso ponto de vista, é que a fazer-se uma Revisão Orçamental, permitisse espelhar o nível de atividade que se desenvolve neste Município, neste ano, a Revisão Orçamental devia ser muito maior do que aquela que foi. Portanto, isto é uma mera operação de cosmética que fica muito aquém daquilo que devia ser. Obviamente, o que vai resultar é chegarmos ao final do ano e vamos ver que o nível da execução continua a ser muito baixo. Enfim, vamos esperar que possa haver algum milagre, mas como não creditamos em milagres, ficamos por qui."

6.4.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, como eu disse, a razão fundamental desta Revisão Orçamental prende-se com a necessidade absoluta de criar uma rubrica própria para o 1º Direito. Caso isso não fosse obrigatório, não a teríamos feito. Já que a fizemos, então vamos clarificar as contas.

Mas, ainda bem que volta a tocar no assunto, porque eu trouxe aqui os dados que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, na sexta-feira trouxe a questão da execução orçamental, dos fundos, é uma miséria, 6%, que coisa terrível, e deitaram tudo fora, tudo o que nós tínhamos feito deitaram fora e agora não têm nada. Não, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu tenho aqui a lista e terei todo o gosto em fazer-lhe chegar.

Em 1º lugar, não deitamos nem poderíamos deitar todas candidaturas fora, porque então aí é que tínhamos mesmo em execução zero. O que nós fizemos, foi reformular muitas candidaturas. E passo a dar alguns exemplos, não sei se quer ouvir.

O Centro de Interpretação Salgas Romanas, vai começar em breve a obra. O que aconteceu foi, reformulamos sim, não a candidatura, mas o projeto arquitetónico com o mesmo arquiteto, porque para ser sincera, aquilo que estava previsto, não era sequer compaginável com uma lógica do nosso ponto de vista, se me permite, de uma lógica do Ordenamento do Território, portanto, o que aconteceu sobre as Salgas Romanas foi: o Arquiteto Santa Rita, voltou a fazer um desenho, o projeto foi lançado, o concurso foi aberto, esperamos o resultado. Já houve um 1º concurso em que não houve candidatos, que é um problema da contratação pública como sabe. Neste caso a comparticipação está mais ou menos equilibrada.

Depois, as substituições de coberturas de fibrocimento e amianto nas escolas estão a decorrer normalmente, muitas delas já têm execução a 100%. As reestruturações e ampliações das escolas estão a funcionar.

Mas, há aqui uma que nós de facto, alteramos. E vou passar a ler, porque também o Senhor Deputado Municipal José Lourenço falou ontem que deitamos abaixo um projeto extraordinário para a 377. Que era reafetar espaço canal na Ex-estrada Nacional 377 para os modos suaves, através da requalificação funcional e reperfilamento da via. Deixe-me que lhe diga, o projeto que havia de requalificação da EN 377, se não me engano era de 1Km e 300 metros, como todos os habitantes de Almada e em particular da Charneca de Caparica sabem, a EN 377 é um pouco mais cumprida do que esse 1Km e 300 metros. E a obra de requalificação rondava os 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros). Sendo que nesta candidatura, o investimento total, porque iam tentar candidatar 50% do custo. O investimento total aprovado, era 2.645.680.00€ (dois milhões seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta euros). Este era o investimento total. Sabe qual é que era a comparticipação comunitária? 242.896.00€ (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis euros). Portanto, em 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros), as grandes candidaturas que os Senhores tinham, tinham comparticipação na ordem dos 9%. Não é verdade Senhor Vereador? 9%. Aliás, estes são os dados logo de início do mandato. Também temos mais, o Bus da Saúde está 100% executado, só tenho pena que só tenha tido uma taxa de comparticipação real na ordem dos 24%, quando o normal é 50%.

Eu não tenho tempo para ler isto tudo, mas posso-lhe garantir uma coisa. Neste momento, quando nós chegamos o total do investimento previsto era de 17.470.233.00€ (dezassete milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentos e trinta e três euros), e a comparticipação total de todas as candidaturas, havia umas melhores, outros piores, normalmente as mais altas eram as que tinham a mais baixa, era de 4.459.996.00€ (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e seis euros). Ou seja, 25%. Neste momento, posso-lhe dizer, porque perguntou como é que estava a execução e como é que estava o redefinir das candidaturas e terei todo o gosto, aliás, tenho esta folhinha que aliás já foi entregue, que os Senhores/as Vereadores/as já conhecem, porque também foi a Câmara Municipal todo este tipo de reprogramação. Possolhe dizer que ao nível do pacto de desenvolvimento e coesão territorial, neste momento temos um total de investimento previsto na ordem de 9.685.711.00€ (nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, setecentos e onze euros), com uma taxa de comparticipação com candidaturas que tivemos que são as mesmas, mas tivemos que as reformular, e reprogramar, na ordem dos 43%. E do ponto de vista do PDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, temos um investimento total de 8.146.753.00€ (oito milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três euros), e uma taxa de comparticipação de 39%. Foi mais difícil aumentarmos. O que, apesar de tudo, dá um total de comparticipação na ordem dos 41%. E isto explica, Senhor Deputado Municipal, porque é que neste momento temos 6%. Mas esteja descansado. Em 1º lugar, estes 6% estão em linha com os resultados dos dois últimos anos, portanto 2017 e 2018 na mesma altura. E garanto-lhe que no final do ano estaremos muito acima do que estávamos no final de 2017."

6.4.2.3 - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Françamente, tenho alguma dificuldade em depois desta exposição me exprimir. Mas é um pouco assim, diz a Senhora Presidente de Câmara que havia 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros) de candidaturas, portanto, de investimento e que havia 4.000.000.00€ (quatro milhões euros) de financiamento, e a forma que tem de resolver isto é parar tudo e reduzir o nível de financiamento. É a forma que tem, é neste momento estarmos na situação em que estamos. Mas, Senhora Presidente de Câmara, nós esperamos só mais três meses, que é para depois não tropeçarmos nos números. Nessa altura nós faremos as contas, não sei como é possível com um nível, com um PPI - Plano Plurianual de Investimento, com um investimento que em setembro, é de 16%, 16%. Eu tenho muita dificuldade, eu gostava de às vezes não ser tão duro na apreciação que faço, mas não posso deixar de fazer esta apreciação. Chegar praticamente com nove meses, neste caso até oito, mas oito a nove meses, ter um nível de execução de 16%, mesmo que haja compromissos já assumidos que possam passar à fase de pagamento e avançar, muito dificilmente diria eu, muito dificilmente, se chegará ao final do ano ali na casa dos 30, talvez possa chegar aos 40, empurrando um bocadinho no final, (empurrando aqui não tem nada de depreciativo) mas reparem, continua a ser verdade a critica que nós fazemos. De 2006 a 2017, tínhamos um nível médio de investimento feito neste Município, que andava entre os 16, 17 milhões por ano. Estamos neste momento, baixamos para o nível dos 8.000.000.00€ (oito milhões de euros), reparem que quando eu estou a dizer isto, neste momento estamos com 4,7 milhões de pagamentos. Isto resulta de quê? Desculpem eu não posso deixar de usar a palavra paralisia, não é agradável, não é. Mas no dia que subirem consideravelmente, acreditem que eu não vou dizer o contrário daquilo que disse hoje. Cá estaremos."

6.4.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas quero corrigir o que disse na minha intervenção anterior quando referi 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros), na totalidade, não são 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros), mas sim 21.000.000.00€ (vinte e u milhões de euros). E neste momento estamos com candidaturas na ordem de 634.000.000.00€ (seiscentos e trinta e quatro milhões de euros). E quero dizer que o projeto da Cova da Piedade está a andar, todos sabem que está em obra. O projeto da Romeira que é outra das grandes candidaturas vai arrancar neste momento. O projeto de requalificação do Presídio da Trafaria um deles já está finalizado, vai-se iniciar a obra nos outros dois edifícios, que também nesse caso refizemos o projeto por completo. Vamos canalizar também, no sentido de boa gestão, fundos que não tinham sequer projeto Senhor Deputado, havia candidaturas que não tinham sequer projeto, e não vale a pena eu estar a ler, para a requalificação da Estrada Florestal. A questão da rede ciclável, a 1º fase, já esta concluída, falta a fase dois e três. Eu acho extraordinário, vejo os Senhores/as Vereadores/as da CDU dizerem. não, não. Não? Mas esse projeto era vosso. Portanto, a 1ª parte já está concluída, agora acontece uma coisa, é que também estamos a lançar melhor concursos, e imagine lá que estão todos abaixo daquilo que estava previsto, é extraordinário. E, portanto, aí também, vamos ter que fazer um acerto entre aquilo que era a previsão de investimento, e mesmo no investimento geral do Município, as empreitadas gerais que os Senhores votaram contra, porque diziam que eram opacas, ilegais, etc., etc., e que receberam todas o visto do Tribunal de Contas, todas as que tinham de ir ao Tribunal de Contas, todas. Tudo aquilo que os Senhores desconfiavam foi ao Tribunal de Contas e receberam o visto. O que é que significa? Maior eficácia e veja lá, melhor gestão. Melhor gestão. Empreitadas até mais baratas. Portanto, é natural, que muitas vezes chegando nesta altura, um investimento que tenha sido calculado acima, aí vai ter que fazer acertos de certeza. E, portanto, é esse tipo de acertos que também estamos a trazer agui."

6.4.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quem fez a previsão para o investimento foi a Senhora Presidente de Câmara, não fomos nós. Portanto, 2018, 2019, aquilo que está no PPI — Plano Plurianual de Investimento, aquilo que está lá, não é da CDU, foi a Senhora Presidente de Câmara que lá pôs. Portanto, não vale a pena agora vir dizer que estava assim, a responsabilidade é sua, não é nossa. É sua.



E quanto à questão dos projetos que foram aprovados. Senhora Presidente de Câmara, há um princípio fundamental nas obras públicas. Há um princípio fundamental, que quando não é seguido, as coisas podem não correr bem, normalmente não correm bem. O projeto de execução tem que estar feito, bem feito, bem medido, sob pena de termos problemas e de estarmos nas mãos dos empreiteiros. Os projetos. Os projetos que não têm projeto de execução, claramente bem feito, bem medido, bem orçamentado, em que é a "olhómetro", o Município fica fragilizado. Quando falamos em obras diversas, para mim, e passei muitos anos por essa área, para mim, pode correr tudo muito bem, mas eu não estou à vontade. Porque sei que aí as medições, uma coisa é o projeto de execução estar bem medido, bem orçamentado, estar tudo como deve ser para que não haja acesso a outras coisas. Outra coisa é não ter, é juntarmos tudo num bolo e pensar que nós assim vamos lá."

6.4.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, isto é o gosto de debater consigo.

Em 1º lugar, nós estamos aqui a confundir duas coisas e acho que temos que ser claros para quem assiste. Por um lado, estamos a falar das candidaturas, por outro lado estamos a falar do investimento global da Câmara. É evidente que, se me disser quem fez a previsão dos PPI foi a Senhora Presidente de Câmara, claro que fui. E que chegando nesta altura, temos que acertar, digo-lhe já que sim, sem qualquer problema. Outra coisa é ao nível das candidaturas. As candidaturas são apresentadas com determinado montante, e quando passam à fase de execução e passamos a lançar os concursos públicos, podem ficar abaixo. E, depois, o acerto de contas da comparticipação também se faz a esse nível. Estamos de acordo? Estamos a falar de coisas diferentes. E, portanto, quando eu digo que havia um montante muito elevado de investimento previsto nas candidaturas, são naquelas candidaturas que nós tivemos que alterar para números mais razoáveis. E estamos a falar de números, depois podemos falar de percentagem.

Relativamente ao projeto bem feito, bem medido, Senhor Deputado Municipal, acho que todos nós queremos projetos bem feitos e bem medidos. Agora, quando eu olho o estado da nossa habitação social, que nalguns casos nem 20 anos tem, posso lhe dizer que os projetos não eram assim tão bem feitos e tão bem medidos."

6.4.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente de Câmara quando fala nos projetos da habitação, vale a pena tendo em conta o protocolo de acordo que assinou, nunca se esquecer de uma coisa, é que um dos problemas da habitação social, é que os preços que são considerados para os financiamentos, são preços muito baixos, são preços extremamente baixos para serem enquadrados no financiamento, sob pena de irem recorrer ao autofinanciamento municipal, e obviamente, as soluções de habitação social a que é possível chegar em qualquer Município, seja em Almada, seja em Lisboa, seja qualquer um, nunca podem ser soluções que tenham melhores materiais, eu falava em projeto de execução, não falava de que a obra daqui a dez, quinze anos ou vinte anos está como nova, não é isso que está em causa, eu estou a falar da execução da obra, os preços que estão considerados, os preços que estão orçamentados, portanto, e a possibilidade que existe de o empreiteiro em obra, invocar legitimamente no interesse dele, e não há aqui nenhuma falcatrua, coisas que não parecem, que não estão consideradas e que na altura obviamente ele diz: "é preciso fazer isto". Quem está diz: "bem tem que ser" e nessa altura aparecem trabalhos a mais, aparecem as remições, aparecem essas coisas. Isto só resulta daquilo que eu disse inicialmente, é preciso investir em muito bons projetos de execução, se não se fizer isso, se se procurar meter tudo no mesmo saco, mais cedo ou mais tarde vamos ter problemas. Por outro lado, há pouco quando referia a questão dos projetos se estão prontos ou se não estão prontos, Senhora Presidente de Câmara, o problema nestas coisas é que os projetos que estão prontos agora, vão ser lançados agora naturalmente, e a empreitada estará adjudicada no meio do próximo ano e a faturação começa no último trimestre do próximo ano. Portanto, aquilo que está a fazer agora, não estou a dizer que está a fazer mal, o que eu estou a dizer é: o PPI, aquilo que tinha previsto, obviamente vai ficar muito aquém, e nesse sentido vai ter que nos ouvir, porque prometeu este mundo e o outro, não estava dentro das questões, pensou que chegava aqui carregava no botão, e obviamente não



carrega no botão e pior ainda, pior ainda que é a grande critica que lhe fazemos, em vez de olhar para aquilo que tinha e tentar trabalhar com ele e avançar introduzindo os seus pontos de vista ao longo do mandato, achou que tudo o que aqueles Senhores tinham feito, aquilo devem ser coisas de menor qualidade, não vale a pena. Agora, está nesta fase, como eu dizia ontem, dois anos já passaram, portanto, o mandato está quase a esfumar e o nível de investimento está no estado em que está por muitas flores que se procurem fazer."

6.4.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Penso que não sou a única Deputada Municipal que neste momento está aqui um bocadinho confusa sobre qual é este ponto da Ordem de Trabalhos. Este ponto da Ordem de Trabalhos é uma Revisão Orçamental. E é uma Revisão Orçamental que foi feita, como disse a Senhora Presidente de Câmara, por um único motivo. Para abrir uma rúbrica por causa do programa e da candidatura ao 1º Direito, que irá permitir aumentar substancialmente aquilo que é a oferta da habitação do Concelho. Que é aquilo que é uma necessidade. Senhor Presidente da Mesa, eu peço desculpa, eu não vou permitir, que qualquer Deputado Municipal interrompa a minha intervenção, a história dos à parte já deram a confusão que deram na última Sessão eu peço-lhe, por favor, que sensibilize os Senhores Deputados Municipais, para não interromperem os outros."

6.4.2.9 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, ouvi a sua sugestão, eu dirijo os trabalhos da Assembleia Municipal como posso e sei e julgo que o devo fazer."

6.4.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito bem, então sensibilizarei eu os senhores deputados para não me interromperem, nem fazerem à partes.

E, portanto, este ponto da Ordem de Trabalhos, como a Senhora Presidente de Câmara disse, aquilo que está a ser feito, é abrir uma rubrica, esta Revisão é feita única e exclusivamente por uma necessidade, e uma necessidade que surgiu de uma oportunidade que este Município e outros tiveram, e que este trabalhou em tempo record, para conseguir fazer sua Estratégia Local de Habitação, a tempo de fazer a sua candidatura ao 1º Direito, e poder assim dar resposta aquilo que é a necessidade habitacional do nosso Concelho. E, portanto, eu não sei o que é que nós aqui hoje estamos, esta discussão é de facto muito agradável, mas é muito agradável na base de suposições. Mas, já agora, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, permita-me só dizer uma coisa. Essa última sugestão que fez, de o que este executivo tinha de fazer, era pegar nas propostas que já estavam a decorrer e dar continuidade às mesmas, era ir exatamente contra aquilo que foi a vontade do povo. Porque o povo não quis dar continuidade ao vosso projeto. E isto é que é a questão. A população de Almada, não quis dar continuidade ao vosso projeto. E, portanto, a obrigação daqueles que vos seguiram, que chegaram ao executivo no momento imediatamente a seguir, era parar e perceber aquilo que a população de Almada lhes disse, que era este projeto estava gostado e queremos outro projeto. E, portanto, com todo o cuidado, com toda a perícia e com toda a atenção, para pessoas impreparadas que todos nós eramos, para pessoas impreparadas que todos nós eramos, estivemos a fazer a revisão daquilo que eram os projetos e daquilo que nós consideramos ser o melhor para Almada. E o que é facto, é que hoje estamos aqui a fazer uma revisão orçamental que não é habitual, para dar a possibilidade de uma candidatura que já foi feita, de um protocolo que já foi assinado, para efetivamente melhorar aquilo que é a habitação no nosso Concelho, que é um grande flagelo que nós temos há muitos, muitos, muitos anos e em vez de olhar para o lado e dizer que é um problema do Governo Central, o que este executivo fez, foi: trabalhar conjuntamente com o Estado Central e resolver o problema das populações de Almada.

Quanto às taxas de execução, teremos todo o gosto em ter essa discussão em abril que é na altura que é debatido o Relatório e Contas deste ano de 2019."



6.4.2.11 - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (PS):

7

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pois, pôr no 1º Direito dinheiro, é imediato. Agora, executar o que lá está, vamos ver quando é que terminará.

6.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum procedeu-se a votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, de acordo com a alínea a), do nº 1, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprova a 2º revisão do Orçamento de 2019 e das Grandes Opções do Plano no valor de (-) 3.301.400.62€, tanto em redução da receita como na redução da despesa, nos termos da proposta nº 95/XII-2º da Câmara Municipal de Almada.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração à licença de Loteamento do L722/93 para construção do Edifício "Residência de Nossa Senhora de Piedade" destinado a Residência Sénior".

6.5.1 – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que de facto, a agenda é longa, possivelmente não se deverá cumprir, e para obviar aquilo que é o decurso do tempo, têm à vossa consideração esta proposta da Câmara Municipal, já aprovada na Câmara Municipal, que deverá vir à Assembleia Municipal para vossa apreciação e resulta da proposta, apenas, a leitura daquilo que considero neste momento que é essencial.

É um projeto e pedido de alteração ao loteamento para construção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, ficará obrigada a realização das obras de construção do edifício, a Residência da Nossa Senhora da Piedade, destinado a Residência Sénior, a concluir no prazo máximo de três anos. O imóvel destina-se exclusivamente aos fins, atribuições e instalação dos serviços do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro. O imóvel não poderá ser utilizado como garantia de cumprimento qualquer obrigação legal, ou para constituição de direitos reais a favor de terceiros, havendo lugar à reversão da propriedade do imóvel em caso de incumprimento da condicionantes atrás referidas. Está à vossa consideração a proposta."

6.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada de acordo com a alínea q), do n^{o} 1, do artigo 25º, do Anexo I à Lei n^{o} 75/2013, de 12 de setembro, aprova as alterações à Licença de Loteamento n^{o} L722/93, nos precisos termos da Proposta n^{o} 96/XII-2º da Câmara Municipal de Almada.

6.6 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), para fazer uma interpelação à Mesa, sugerindo a alteração da agenda por forma a que o ponto 3.12, passe para o final da agenda e se tratem de imediato os restantes pontos, por ser previsível que estes sejam concluídos nesta reunião, o que não acontece com o ponto 3.12.

6.6.1 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhor Presidente da Mesa, para fazer um requerimento à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Gostaríamos apenas para fazer uma sugestão.

Senhor Presidente da Mesa, parece-nos que neste momento não temos condições para fechar o ponto que vamos iniciar, antes de a Sessão estar finalizada, porque termina à 00H30. A sugestão que nós faríamos, se todos os Grupos Municipais estivessem de acordo, era que fechássemos os outros três pontos, que nos parece que são os três pontos mais rápidos, são pontos que teríamos alguma hipótese de ter resolvidos antes do fim desta Sessão e que deixássemos para a próxima, única e exclusivamente, o ponto que tem um total previsto de 209 minutos, podemos não os esgotar, mas não nos parece que seja plausível que seja resolvido ou que seja discutido e votado nesta meia hora, mas deixamos à consideração do Senhor Presidente da Mesa e dos restantes Grupos Municipais."

- **6.6.1.1** O Senhor Presidente colocou o assunto à consideração da Assembleia, informando que a alteração da agenda só é possível se houver consenso.
- **6.6.1.2** Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU), dizendo que a CDU considera que a agenda deve prosseguir sem alteração.
- **6.6.1.3** O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós percebemos o alcance da proposta que o Partido Socialista faz, mas entendemos que a Ordem de Trabalhos, deve seguir tal qual foi definida e tal qual foi distribuída aos Senhores/as Deputados/as Municipais. Já na sextafeira se interrompeu um ponto que estava em plena discussão, e que enfim, peço desculpa pelo termo, mas estava em acesa discussão, foi interrompido e foi continuado hoje. Não vemos nenhuma razão para que não iniciemos hoje a discussão deste ponto e se for necessário interrompê-lo interromperemos e continuaremos numa data que temos que acertar depois entre os Grupos Municipais."

- **6.7 –** Assim, entrou-se no ponto 3.12 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN".
- 6.7.1 Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.
- 6.7.1.1 A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipals;

Na verdade, a proposta que trazemos aqui hoje, decorre de um acordo que foi feito em 2014, entre a Câmara Municipal de Almada, a União de Freguesias de Caparica Trafaria, e a União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, relativamente a uma matéria que essa já vinha há bastante mais tempo. Que era o enterramento ou não enterramento, de uma Linha de Alta Tensão, em Almada.

Importa lembrar, que este processo se iniciou em 2006, quando a REN – Redes Energéticas Nacionais, decidiu criar uma 2ª Linha de Alta Tensão, até um ciclo duplo para precaução e salvaguarda da Rede Elétrica e sobretudo a coisa mais importante, é porque o consumo de eletricidade aumentou muito no nosso Município e a Câmara Municipal de Almada, interpôs e bem, do nosso ponto de vista, uma ação, embargou a obra e interpôs uma ação solicitando que essa Linha passasse a ser enterrada. Entretanto, houve uma série de processos a REN por sua vez também recorreu ao Tribunal, foi anulado em Tribunal uma decisão da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, pela razão que é hoje, continua a ser valida, que é: não compete à Câmara Municipal, nem à Assembleia Municipal, licenciar este género de obras, nem sequer o embargar, porque a quem compete licenciar a obra é a Direção Geral de Energia e Geologia. A situação arrastou-se, em 2014, felizmente chegou-se a um acordo, mais uma vez e bem, chegou-se a um acordo entre todas as partes e todas as partes eram: A REN, o Ministério da Economia e Ambiente, que na altura estava junto e atualmente voltou a estar e as três Autarquias que já mencionei, a Câmara Municipal e as Uniões de Freguesia. E, esse acordo o que dizia era algo simples. Todos vão deixar cair os processos em Tribunal, toda a gente desiste dos processos em Tribunal. E chegam a acordo sobre um traçado em que a Linha de Alta Tensão seria parcialmente enterrada. Haveria uma parte no

901

Monte de Caparica onde continuava aérea e depois haveria um enterramento parcial. Esse enterramento parcial, inicialmente o proposto era ao longo da A33, acontece que, para se fazer obras dentro da A33, é preciso autorização do de uma entidade terceira, que é as Infraestruturas de Portugal, e que recusou. Entretanto cumprindo o acordo, porque aqui o elemento essencial, é o acordo que nos obriga a colaborar com a REN para encontrar um tracado, em 2016 a REN propõe dois tracados. Em 2017, em junho ou julho, (o Senhor Vereador José Gonçalves é que ainda estava com o dossier nas mãos), a Câmara Municipal pede que seja avaliada a parte exterior da A33, e quando nós chegamos ao executivo, a REN diz-nos que não pode ser na A33, que não á acordo na parte exterior, por razões que evoca e que os Senhores/as Vereadores/as conhecem e que aqui na proposta nós tentamos fazer um resumo, mas teremos todo o gosto em fazer chegar mais documentação caso não a tenham. O que é que nós fizemos? O que nós fizemos foi, por um lado, cumprir o acordo porque a Câmara tem que ser uma entidade de boa fé, portanto, se assine um acordo, cumpre-o. E, o acordo o que obriga é: não sendo possível o traçado inicial, há que colaborar com a REN, aliás, a Câmara Municipal faz a sua parte, as Juntas farão a parte que entenderem, para encontrar um outro traçado. Não sendo de todo em todo possível, a questão da A33, pegamos nos traçados que a REN tinha proposto e acertamos um deles, mas também dissemos, é relembrarmos que a quem compete licenciar esta obra é a Direção Geral de Energia e Geologia, porque é isso que a Lei obriga. E porque é que é a Direção Geral de Energia e Geologia? Porque é a Direção Geral de Energia e Geologia, que tem que pedir todos os pareceres à Agência Portuguesa do Ambiente, à Autoridade Nacional da Proteção Civil, ao Ministério da Defesa, são oito ou nove entidades, que se têm que se pronunciar sobre este novo traçado, dado que a obra até já estava licenciada. E, portanto, o que nós estamos aqui a trazer é o novo traçado. Em função destes pareceres, e nós não quisemos trazer nem à reunião de Câmara, nem à Assembleia Municipal, um traçado que não estivesse devidamente validado pelas entidades competentes. Fizemos tal como nos tínhamos comprometido na Sessão de Esclarecimento, onde aí também ficou claro que a questão não são as ondas elétricas e o nível previsto das ondas eletromagnéticas, fica na pior das hipóteses, a 14% do limite máximo estabelecido pela Lei, e, portanto, foi isso que nos transmitiram, e aí é óbvio que confiamos nas entidades competentes para nos dizerem. Não houve até agora, ninguém que surgisse com um parecer fiável do famoso risco que existiria, não há. Em contrapartida o que há e andamos a estudar, as Cidades por onde passavam as Linhas de Alta e Muito Alta Tensão, e podemos encontrar inúmeras. Em Lisboa também já foi dito, para além de passar na Estrada de Benfica e em Sete Rios e cada vez mais se aproximar do Centro da Cidade, mas não vão, há uma Cidade que todos sabem que eu conheço bem, que é A Capital da França, Paris, eu por acaso fui ver onde é que passavam, e passam no Centro. No Centro da Cidade, como tem que ser, como uma grande Cidade, porque é as pessoas consomem cada vez mais energia. E, portanto, quando dizemos que, não é como foi aqui dito, que por ser um subúrbio que passa a Linha. Não. É o contrário. É porque já não é um subúrbio, e porque merece ser tratado com um grande centro urbano que é, que a Linha passa enterrada na Charneca de Caparica. O enterramento que foi, aliás, sempre a opção dos executivos anteriores desde 2006. Para além disso, para além da questão do enterramento, o que nós também dissemos à REN, dissemos que se é para partir parte da EN 377, então reabilita-se toda a EN 377. Já ontem ouvi que era uma reabilitação de coisa nenhuma, que não tinha interesse nenhum, que era uma rega asfáltica. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, espero não o desiludir, ou melhor, desiludi-lo na sua informação, mas ficará certamente satisfeito. Não. Não é uma rega asfáltica. É uma pavimentação obviamente como deve ser tanto mais que as vias vão ser abertas na extremidade da estrada. Há todo um desenho feito que é de criação de passeios todo ao longo da EN 377, todo ao longo da EN 377; criação de paragens de autocarros, que é uma coisa que não existe; reformulação de estacionamentos onde eles são possíveis; criação de um novo jardim à frente da Escola Carlos Gargaté, onde a Linha de Alta Tensão não passa, também vieram dizer que passava ao pé da Escola, não passa, e ao mesmo tempo, com os montantes que estavam previstos para a EN 377, vai-nos permitir reabilitar todas as estradas adjacentes, até para criar alternativas ao traçado.

Por fim, quem quiser e agora falo para os Senhores/as Deputados/as Municipais, mas falo também para quem nos assiste em casa. Convido as pessoas a irem ao site da REN ver por onde passam estas Linhas de Alta Tensão. E convido também a terem em conta uma questão. Que é das várias potencias da Alta Tensão, esta é a baixa. Estamos a falar de 150 KW e quando se fala da segurança das pessoas, só espíritos muito perversos, peço



desculpa, é que acham que qualquer Autarca, qualquer Autarca em troco de uma reabilitação, poe em causa a segurança dos seus Munícipes.

E, portanto, a disputa politica é valida, com certeza. As apreensões são mais do que validas e nós partilhamolas, e por as partilhar é que pedimos, não somos nós que licenciamos, são as entidades competentes que o fizeram. Da nossa parte pedimos todas as garantias, não vos trazemos aqui um projeto que não esteja devidamente avaliado e licenciado a quem compete fazer, aliás, a fiscalização no futuro, porque estas questões também passam por fiscalização. E, portanto, é com a segurança, e confiança nestas entidades. Se nós disséssemos queremos enterrar para ficar mais lindo, não nos deixavam. Não nos deixavam. Portanto, não somos nós que licenciamos a obra, nós o que nos limitamos a fazer é que esta obra seja de facto uma mais valia para todo o Concelho. Para Além de ser também uma garantia de melhor fornecimento de eletricidade que também não de somenos, estamos a falar de grande parte do Município e obviamente com todas as garantias de segurança que estas entidades independentes, não é a REN, são entidades independentes como a Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Nacional da Proteção Civil, entre outras, nos dão.

E, por isso, trazemos aqui, no fundo este acordo que vem na sequencia do acordo de 2014. Há quem diga que devíamos continuar a negociar, e mais, e mais, e até acho que 14 anos para resolver um problema é um tempo muito curto, o que é que são 14 anos? Qual é o problema Senhora Presidente? Eu acho que o problema, é que 14 anos, é quase uma vida de uma criança que deixa de o ser, por exemplo, já é um adolescente. 14 anos é um idoso que continua sem ter passeios, 14 anos são autocarros que não podem passar porque o transito é um inferno, 14 anos é uma das zonas mais populosas de Almada, que continua a ser tratada de facto, como se fosse um subúrbio campestre, não é. E que merece uma requalificação urbana, 14 anos é muito tempo, muito tempo. E de facto, nós não temos o mesmo ritmo de avaliação, há bocado o Senhor Deputado Municipal José Lourenço dizia, mais tempo, mais tempo, normalmente pedem-nos sempre mais tempo. Havendo segurança, das entidades competentes, havendo segurança, resolva-se esse problema. Foi para isso também, que os almadenses nos elegeram, para resolver os problemas que se arrastam há anos, para requalificar o nosso território, sempre com a preocupação do bem-estar e obviamente da saúde dos almadenses acima de tudo."

6.7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Patrícia Brito (CDU) e João Geraldes (CDU).

6.7.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Brito (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos hoje a apreciar e a considerar para votação a minuta de acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a Redes Energéticas Nacionais (REN).

Importa, antes de mais, saber que no processo desenvolvido pela Câmara Municipal de Almada e a REN, a União das Freguesias de Caparica e Trafaria não foi envolvida, nem informada, nem ouvida sobre este tão sério e importante processo, como é a alteração do traçado para a instalação da Linha de Muito Alta Tensão entre Fernão Ferro – Trafaria.

A União das Freguesias, como entidade pública autárquica, com órgãos próprios e autonomia administrativa e política não pode ficar à margem da negociação e decisão sobre este relevante assunto.

Insistimos que a União das Freguesias da Caparica e Trafaria, não foi informada nem recebeu documentação atempadamente para que pudesse formular opinião, nem sequer recebeu resposta às várias solicitações enviadas à Câmara Municipal de Almada.

Acresce o facto, de neste novo quadro, as populações não terem sido ouvidas, não haver garantias de que o princípio da precaução para minimizar efeitos da exposição aos campos magnéticos esteja garantido.

Este processo e metodologia seguida é totalmente contrário ao desenvolvido anteriormente, e por isso não o podemos subscrever.

6.7.2.2 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):



"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acabamos de ouvir uma história bastante mal contada sobre o processo de instalação da Linha de Muito Alta Tensão no território do nosso Município.

Em alguns aspetos, a história que ouvimos não é sequer fiel à verdade histórica deste processo; mas no essencial, esta história omite aquilo que é verdadeiramente essencial neste momento, que é o percurso mais recente do processo, designadamente os últimos dois anos, período no qual nos devemos focar considerando a decisão que somos chamados a tomar. Já aqui tivemos hoje a expressão da primeira e substancial razão que opõe a CDU à proposta de acordo com as Redes Energéticas Nacionais (REN), que a Câmara Municipal de Almada nos pede que autorizemos. Trata-se de uma razão institucional de peso e inultrapassável: a inopinada exclusão de uma das partes de direito e diretamente interessadas, signatária do Acordo de Transação firmado em 2014 entre todas as partes, representada por dois órgãos autárquicos de Freguesia, legitimados pelo voto popular – tal como a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal –, mas que foram excluídos por arbitrária decisão da Câmara Municipal do processo de construção da solução que agora nos é presente. E não se pense que estes órgãos de Freguesia foram os únicos excluídos neste processo. Não foram!

A própria Câmara Municipal, esta Assembleia Municipal, foram igualmente privados daquela que seria a legítima e natural participação ativa na construção da solução agora proposta. De facto, aquele que foi até Outubro de 2017 um processo amplamente participado e transparente, envolvendo todos os órgãos eleitos do Município e das Freguesias diretamente interessados, bem como outras instituições e associações ativas no território e representativas das pessoas diretamente afetadas pela instalação desta infraestrutura elétrica, transformou-se a partir dessa data num processo opaco, tratado no silêncio — e quem sabe na obscuridade — do gabinete da presidência da Câmara Municipal e nos gabinetes dos dirigentes e engenheiros da REN, subtraído aos olhares, mas sobretudo ao escrutínio, de todos os interessados. Na verdade, aquilo que hoje aqui nos é proposto, não passa de um "acordo" firmado exclusivamente entre a maioria política atualmente existente na Câmara Municipal de Almada, e mesmo assim, restam-nos dúvidas de que essa maioria tenha sido efetivamente toda ela envolvida no processo, e uma empresa privada detentora da concessão de transporte de energia elétrica em todo o país.

Atestando esta realidade estão as palavras assinadas pela Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros, no ofício nº 9/GP/CL, datado de 9 de Janeiro de 2019, que em resposta à solicitação da Direção Geral de Energia e Geologia, através do ofício nº 1937/DSEE/2018, sem data, mas com registo de entrada no Departamento de Administração Urbanística (DAU) em 27 de Dezembro de 2018, afirma o seguinte, e citamos: "Analisados os elementos constantes do exemplar do projeto da linha (volume CM Almada), que nos foi fornecido, informamos que concordamos com o projeto proposto".

Adiante, diz ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal: "O traçado agora em análise coincide com a proposta da CMA (Câmara Municipal de Almada) e utiliza os eixos viários da Câmara Municipal de Almada".

A CDU regista, a propósito destas declarações formais e oficiais, por um lado a incomparável celeridade com que um projeto desta natureza e dimensão foi "analisado" pela Câmara Municipal. Treze dias, com uma passagem de ano pelo meio, foram o tempo exato e suficiente para o inequívoco julgamento de processo tão pesado quanto complexo.

Perguntamos então: quem analisou, na Câmara Municipal, o projeto enviado pela Direção Geral de Energia e Geologia? Quem elaborou o parecer técnico ao seu conteúdo e onde se encontra esse parecer técnico, ou pareceres? Qual a deliberação da Câmara Municipal que suporta esse parecer, ou pareceres, transmitido à Direção Geral de Energia e Geologia através do ofício já referido?

E perguntamos mais. Diz também a Senhora Presidente da Câmara Municipal que "o traçado agora em análise coincide com a proposta da CMA (Câmara Municipal de Almada)". E a CDU questiona: qual proposta da Câmara Municipal de Almada? Quando e por quem foi essa proposta deliberada?

Para falta de transparência, e por isso falta de segurança relativamente à decisão e à qualidade da decisão que iremos tomar neste processo, poderíamos até ficar por aqui.





Mas o "dossier" integra outras questões que importa sublinhar. É-nos dito, com especial ênfase e até forte entusiasmo, que este novo traçado possui já a necessária licença de estabelecimento emitida pela entidade competente para o efeito, a Direção Geral de Energia e Geologia. Em torno desta licença de estabelecimento pretende-se fazer crer que está então tudo bem, tudo decidido, tudo nos conformes da Lei e do direito, porque quem tem a competência para se pronunciar já se pronunciou, e disse que sim, pode avançar o projeto.

Será exatamente assim? Será mesmo que esta decisão de licenciamento garante absoluta e indiscutível segurança ao processo de instalação da Linha de Muito Alta Tensão nas ruas densamente povoadas da Charneca de Caparica?

A CDU entende que não. A CDU entende que estarmos mesmo substancialmente longe dessa garantia de segurança. E fundamentamos a nossa posição. Se lermos, com a atenção devida, o conjunto de documentação que foi distribuída sobre este processo aos Grupos Municipais na reunião da 4ª Comissão Permanente, recentemente realizada para tratar especificamente desta matéria, podemos sem dificuldade perceber a existência de fragilidades incompreensíveis e inaceitáveis no processo de formação daquela decisão de licenciamento, que obviamente não podem ser ignoradas. Referimos apenas aquelas que entendemos mais significativas.

Para além de alguns pareceres não totalmente favoráveis, que colocam questões técnicas que justificam natural preocupação – como é exemplo da passagem da linha por uma área de influência de um posto de abastecimento de combustíveis, na Rua Elias Garcia, uma condicionante, aliás, sintomaticamente invocada pelas Infraestruturas de Portugal para "chumbar" a possibilidade de enterramento da linha na zona de proteção da A33 –, sublinhamos em particular o parecer negativo dado pelo Ministério da Defesa Nacional, através do ofício nº 2422, datado de 8 de Abril de 2019, assinado pelo Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional. Em causa está uma interceção da infraestrutura elétrica com o "pipeline" da NATO que abastece a Base Aérea nº 6 no Montijo, e que levou o Ministério da Defesa Nacional a concluir que, e citamos, "o referido processo não se encontra em condições de ser viabilizado nos termos em que foi apresentado".

Poderíamos admitir que, tratando-se de um parecer datado de abril de 2019, a situação estivesse sanada por alteração ao projeto. Mas não é assim.

Uma troca de correspondência por via eletrónica, datada de 24 de Setembro de 2019, às 16:30 horas — precisamente duas horas e trinta minutos antes do início da reunião da 4ª Comissão Permanente desta Assembleia Municipal sobre esta matéria —, trocada entre o Sr. Eng.º Nuno Ribeiro, Diretor da REN e o Sr. Eng.º Gabriel Oliveira, Diretor Municipal na Câmara Municipal de Almada, dá-nos conta de que o impedimento identificado em Abril pelo Ministério da Defesa Nacional se mantinha sem solução acordada em 24 de Setembro de 2019, afirmando a REN que essa solução se "afigura vir a ocorrer no curto prazo".

Entretanto, a verdade é que a Direção Geral de Energia e Geologia, mesmo nestas circunstâncias, emitiu a licença de estabelecimento; e a verdade é que, também a Câmara Municipal de Almada aprovou, pela sua atual maioria PS/PSD e pelo Bloco de Esquerda, a proposta que estamos a apreciar. Por outro lado, e relativamente à avaliação do impacto ambiental que esta infraestrutura necessariamente irá representar no território e na vida dos cidadãos, é-nos candidamente dito que a Lei não prevê a sua obrigatoriedade, pelo que é dispensável a sua realização.

Na CDU discordamos frontalmente desta posição. E connosco estão os técnicos, por certo altamente qualificados, que produziram o Relatório Técnico encomendado pelo Governo sobre a questão dos efeitos dos campos magnéticos na vida das populações, que não hesitam, na página 23 do Relatório que assinam, em afirmar que as Linhas de Muito Alta Tensão, devem ser sempre acompanhadas da elaboração de estudos de impacto ambiental.

Mas de acordo connosco está igualmente o processo de 2006, referente à instalação desta mesma Linha de Muito Alta Tensão então em via aérea, no quadro do qual, e perante as mesmas disposições legais aplicáveis, foi concretizado um estudo de impacto ambiental, o qual incluiu mesmo a avaliação de uma eventual solução enterrada da linha. A CDU pergunta, por isso, por que razão se regista agora tanta resistência na avaliação do



impacto concreto que esta infraestrutura irá representar ao nível do território e das populações? O que se perdia em realizar este estudo? Por que razão não se opta pela realização de um estudo que seguramente iria garantir uma muito superior segurança, e sobretudo uma muito superior qualidade na decisão que somos chamados a tomar?

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Ao mesmo tempo é-nos dito, numa postura que confunde deliberadamente dois processos e dois projetos que nada deveriam ter a ver um com o outro, que não está aqui em causa apenas a instalação da linha de muito alta tensão, está também em causa a oportunidade de requalificar a antiga Estrada Nacional 377. Mas essa é uma falsa questão. Se o interesse da Câmara Municipal fosse efetivamente a reabilitação da antiga Estrada Nacional 377, há muito que teria avançado nesse sentido. No final do mandato anterior estava pronta, e em condições para se iniciar a intervenção, a primeira fase de reabilitação desta via, entre a Tremoceira e o Mário Casimiro, numa extensão de cerca de dois quilómetros, com um custo estimado de 1,8 milhões de euros.

Esta intervenção previa uma efetiva requalificação da estrada, com enterramento em calhas técnicas próprias e adequadas de todas as infraestruturas que hoje se encontram à superfície (eletricidade e comunicações), com a construção de passeios e estacionamento e com a introdução de uma via ciclável. A requalificação da restante extensão daquela via estava, por essa mesma altura, em estudo nos serviços municipais. Todo este trabalho a atual maioria deitou para o caixote do lixo, desbaratou.

Mas vem agora falar-nos do seu interesse nesta requalificação, e mais do que isso, vem falar-nos da extraordinária oportunidade que a construção da Linha de Muito Alta Tensão naquele traçado representa para esse objetivo, já que será a REN a suportar os encargos dessa reabilitação. Mas será mesmo assim? Não é.

Se atendermos ao acordo firmado entre a Câmara Municipal de Almada e a REN, (não sei qual foi o acordo que a Senhora Presidente assinou, porque pelo menos o anexo 3, a Senhora Presidente parece não conhecer) e olharmos designadamente ao que é estabelecido e foi aceite no Anexo 3 — que aconselhamos todos os Senhores/as Deputados/as Municipais a ler com máxima atenção —, percebemos claramente que não é assim! Em resumo, nesse anexo estabelecem-se as exclusões às responsabilidades da REN no que respeita à intervenção na antiga EN 377. E nessas exclusões estão as infraestruturas de subsolo em toda a extensão da via — ao contrário do projeto que existia na Câmara Municipal no final do anterior mandato —, está excluída a ciclovia antes prevista, está excluído qualquer mobiliário urbano, está excluída a iluminação pública e está excluída, pasme-se, uma parte importante do eixo de circulação daquela via em dois troços distintos: o troço entre o km 1+400 e o km 1+950, e o troço para lá do km 4+535. Dizer que a REN vai requalificar toda a extensão da antiga EN 377, em nome da instalação da Linha de Muito Alta Tensão, sob os pés dos cidadãos da Charneca de Caparica, não passa, por isso, de um eufemismo nos termos do próprio acordo firmado! E a CDU pergunta: quem vai, afinal, assegurar a requalificação integral da antiga Estrada Nacional 377? Ou vai mesmo a antiga EN 377 ser requalificada em toda a sua extensão?

Para concluir, a CDU entende que seria muito difícil encontrar condições de maior insegurança na decisão que somos chamados a tomar, do que aquelas com que neste momento somos confrontados. Manda o princípio da precaução, mas manda sobretudo a racionalidade, que um processo tão complexo, tão importante e tão significativo para a vida dos Charnequenses e dos Almadenses, se revista de todas as garantias de máxima qualidade e de máxima segurança. Entende a CDU que não é isso que acontece, e que não estão reunidas as necessárias condições para que esta Assembleia Municipal possa aprovar a proposta que a Câmara Municipal de Almada nos apresenta.

6.7.3 – Usaram da palavra para defesa da honra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU).

6.7.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A S

Eu pedi a Defesa da Honra, porque eu acho que há limites para a má fé de certas intervenções. E, quando se diz que, as Uniões de Freguesia foram deliberadamente afastadas, ou que houve um afastamento deliberado das Uniões de Freguesia, eu quero relembrar aqui que as Uniões de Freguesia foram tratadas exatamente da mesma maneira, houve uma sessão de esclarecimento para todos os seus Presidentes da União de Freguesias e em particular o Monte de Caparica e Trafaria, foram convidados e que não se dignaram a estarem presentes. Portanto, vir aqui, o Senhor Deputado Municipal João Geraldes e a representante da União de Freguesias de Caparica Trafaria, dizer que foram afastados e/ou que fizeram vários pedidos, quando não se dignaram sequer, a se fazer representar naquilo para que foram convidados e a não responder à Câmara Municipal, eu acho que há limites para a má fé e para as trapalhices que os Senhores passam a vida a tentar envenenar as pessoas. E neste caso, Senhores/as Deputados/as Municipais, tudo o que o Senhor Deputado Municipal João Geraldes ali disse, resumido a nada, chama-se dor de cotovelo. Dor de cotovelo. Porque nós resolvemos, porque tudo aquilo que ali disse foi um chorrilho de informações e contrainformações, que garanto-lhe, na próxima sessão, terei todo o gosto de desmontar uma a uma. Porque os Senhores Deputados, neste momento já não sabem oferecer nada que não seja medo. Medo às pessoas. E isso é indigno de qualquer Autarca."

6.7.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu apresentei em nome da CDU, no início desta sessão um texto que verbera este tipo de intervenções. Não referi expressamente nessa intervenção a Senhora Presidente da Câmara, mas agora refiro, mas agora refiro. Porque é absolutamente inqualificável a forma como a Senhora Presidente para justificar os seus argumentos, e eu já vou aos argumentos, insulta, agride, sem a mínima consideração. Eu quero aqui dizer em nome da CDU, que a CDU não fala de cor, ao contrário de outros, a CDU não fala de cor. A CDU fala daquilo que sabe, daquilo que lê e da documentação que tem. E eu desafio todos os Senhores/as Deputados/as Municipais desta Assembleia Municipal, todos sem exceção, a ler com atenção a documentação que a Câmara Municipal nos distribuiu na reunião da 4ª Comissão Permanente, leiam com atenção e digam uma única falsidade que a CDU aqui tenha dito.

A Senhora Presidente de Câmara ameaçou-nos, porque foi em tom de ameaça que falou, de que na próxima reunião desta Assembleia Municipal, irá desfazer-nos, pois que venha, pois que venha, porque cá estaremos preparados, porque tudo aquilo que foi dito pela CDU nesta reunião, quer pela representante da União de Freguesias de Caparica Trafaria, quer por mim próprio em representação do Grupo Municipal da CDU, é rigorosamente verdade e fundado em documentos que foram distribuídos pela Câmara Municipal e que são irrefutáveis e inquestionáveis."

- 7 Tendo-se atingido o limite horário regimental, sendo 00 horas e 30 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados em data acordar entre a Mesa e os coordenadores dos Grupos Políticos.
- 8 A terminar, o Senhor Presidente da Assembleia deu palavra à Senhora Presidente da Câmara que fez um apelo público ao voto nas eleições legislativas do próximo dia 6 de outubro, independentemente da força política em que cada um entenda votar, combatendo a abstenção e exercendo um direito de cidadania.
- 9 Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal, António Matos e Luís Filipe Pereira.
- 10 Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 60 Senhores Munícipes.
- 11 Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE	1	1-	6	

O 1º SECRETÁRIO	taula Vieras	
A 2ª SECRETÁRIA	Ane Coule Stree	_